

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO AGROPECUÁRIO

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –

AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Manuel Almeida Amaral Neto

**MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA:
ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE SABERES DE GRUPOS
LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE TRÊS PROJETOS PILOTOS.**

Belém
julho /2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO AGROPECUÁRIO

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –

AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Manuel Almeida Amaral Neto

**MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ANÁLISE
DA PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE SABERES DE GRUPOS LOCAIS NA
IMPLEMENTAÇÃO DE TRÊS PROJETOS PILOTOS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa.Dra. Márcia R.G. Muchagata

Belém
Julho/ 2002

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

CENTRO AGROPECUÁRIO

NÚCLEO DE ESTUDOS INTEGRADOS SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA –

AMAZÔNIA ORIENTAL

CURSO DE MESTRADO EM AGRICULTURAS FAMILIARES E

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Manuel Almeida Amaral Neto

**MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: ANÁLISE
DA PARTICIPAÇÃO E VALORIZAÇÃO DE SABERES DE GRUPOS LOCAIS NA
IMPLEMENTAÇÃO DE TRÊS PROJETOS PILOTOS.**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável da Universidade Federal do Pará e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – Amazônia Oriental, como requisito para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia R.G. Muchagata

Data da defesa: 05/07/2002

Conceito: _____

Banca Examinadora:

Profa. Dra.: Márcia Muchagata (orientadora)

Prof. Dr.: César Sabogal (examinador externo)

Profa. Dra.: Iliana Salgado (examinadora da casa)

Prof. Dr.: Iran Veiga Jr. (examinador suplente)

Belém

julho/ 2002

Amaral Neto, Manuel Almeida

Manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira: análise da participação e valorização de saberes de grupos locais na implementação de três projetos pilotos / Manuel Almeida Amaral Neto. – Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2002.
135 f.: il.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará. Curso de Pós-Graduação em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável.

1. Floresta coletiva – Projeto – Amazônia – Brasil. 2. Manejo florestal. I Título.

CDD – 634.9209811

Às famílias que habitam áreas de florestas na Amazônia que, mesmo à revelia de políticas públicas que favoreçam suas práticas, têm demonstrado coragem para construção de um modelo de utilização de recursos naturais que garanta sua sobrevivência e dos que moram na cidade, dedico este trabalho.

Agradecimentos

A Márcia Muchagata, minha amiga e orientadora, pela ajuda na condução deste trabalho disponibilizando seus conhecimentos e habilidades que foram fundamentais para que eu chegasse ao final.

A Dra. Iliana Salgado e ao Dr. Iran Veiga Júnior, membros de minha banca, pelo apoio, direcionamento e amizade.

Ao Dr. César Sabogal do CIFOR, pelo apoio na fase inicial e contribuições para o aperfeiçoamento do trabalho.

A CAPES pela bolsa concedida por dois anos e ao IIEB que, com recursos da Embaixada da Holanda, possibilitou minha viagem a campo.

A Maria José Gontijo, por sua amizade e incentivo ao processo de manejo florestal comunitário na Amazônia. Temos ainda muito trabalho pela frente!

A Adalberto Veríssimo pelo apoio dado no momento inicial dessa empreita.

A Rodney Salomão, Magna Cunha, Paulo Amaral, Márcio Sales, Richardison, Claudionísio, Marizânia, Flávio Figueiredo, William e Irene, pela colaboração.

Às instituições de apoio aos projetos estudados e às famílias do PAE de Porto Dias, da RESEX do Rio Cautário e das Comunidades de Sítio Novo, Vila Bagaço/Limão e Josinópolis/Tracoá pela confiança depositada e informações fornecidas para realização do estudo. A todos, meu muito obrigado!

Ao Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins (LASAT) e ao Grupo de Trabalho Novas Ações para Agroecologia na Amazônia (GTNA) pelo apoio institucional.

A minha família pelo apoio dado em meu retorno a Belém: que as perdas sofridas sejam convertidas em fortalecimento para superação de novos desafios. Agradecimento especial a Waldiléia, minha esposa, pelo companheirismo, carinho, compreensão e incentivo. Obrigado por estar ao meu lado reunindo tantas qualidades.

INDICE

INTRODUÇÃO	16
A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA	18
OBJETIVOS DA PESQUISA	22
Objetivo Geral	22
Objetivos Específicos	22
Perguntas de pesquisa	23
1. METODOLOGIA	24
1.2 COLETA DE DADOS	31
1.3 ANÁLISES DOS DADOS	32
1.4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS ESTUDADOS	33
.4.1 Projeto de Marabá – Estado do Pará	35
1.4.2 Projeto de Porto Dias – Estado do Acre	34
1.4.3 Projeto do Rio Cautário – Estado de Rondônia	35
2. A GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS POR COLONOS E SERINGUEIROS E OPORTUNIDADES PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO	36
2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DE MANEJO	37
2.1.1 Colonos de Marabá - Pará	39
2.1.2 Seringueiros de Porto Dias - Acre	40
2.1.3 Seringueiros do Rio Cautário - Rondônia	42
2.2 A RELAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS COM OS RECURSOS NATURAIS E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO ESPAÇO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE MANEJO	45
2.3 CONCLUSÕES	50
3. A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS	51
3.1 A BUSCA PELA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO	52
3.2 A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL	53
3.3 A ESTRUTURA DOS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO ESTUDADOS	55
3.4 OS PAPÉIS DE TÉCNICOS E GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL	60
3.5 RAZÕES APRESENTADAS PELOS GRUPOS LOCAIS PARA PARTICIPAREM DOS PROJETOS	62
3.6 A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS ENVOLVIDOS NOS PROJETOS NOS PROJETOS	63
3.7 CONCLUSÕES	69
4. POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO DE SABERES LOCAIS NA DEFINIÇÃO DE MODELOS TÉCNICOS DE MANEJO	71
4.1 A VALORIZAÇÃO DE SABERES LOCAIS EM ESTRATÉGIAS CONSERVACIONISTAS	72

4.2 OS DIFERENTES USOS QUE OS GRUPOS LOCAIS FAZEM DA FLORESTA	75
4.3 ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO FLORESTAL: OPORTUNIDADE PARA INTERAÇÃO DE SABERES E PARA MELHOR GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS AO NÍVEL LOCAL?	79
4.3.1 Percepção dos técnicos sobre os saberes dos grupos locais envolvidos nos projetos	81
4.3.2 O aproveitamento das práticas dos grupos locais para definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos	83
4.4 CONCLUSÕES	86
5. PERCEPÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS SOBRE AS AÇÕES DOS PROJETOS NAS COMUNIDADES	87
5.1 A CHEGADA DOS PROJETOS E OS ARRANJOS NAS COMUNIDADES	88
5.2 OPINIÃO DOS GRUPOS LOCAIS SOBRE OS PROJETOS DE MANEJO	90
5.3 PERCEPÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS	93
5.3.1 Aspectos positivos dos projetos na opinião dos grupos locais	93
5.3.2 Aspectos que não funcionam bem nos projetos na opinião dos grupos locais	94
5.3.3 Excesso de burocracia para aprovação dos planos de manejo	95
5.3.3.1 Os ajustes necessários na legislação florestal	95
5.3.3.2 Uma diferenciação importante: manejo florestal e manejo florestal comunitário	97
5.4 A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO	99
5.5 OPINIÃO DE MORADORES QUE NÃO FAZEM PARTE DOS PROJETOS	100
5.5.1 Contribuição dos projetos para conservação dos recursos florestais ao nível local	100
5.5.2 Participação de moradores não envolvidos nas ações dos projetos e informações que detém sobre as ações de manejo ao nível local	101
5.5.3 Percepção sobre a implementação dos projetos	102
5.6. CONCLUSÃO	103
6. CONCLUSÕES GERAIS	104
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	109
Anexos	115

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização dos projetos de manejo florestal comunitário, selecionados para pesquisa-----	16
Figura 3: Uso dos recursos florestais pelos grupos locais envolvidos nos projetos-----	74
Figura 2: Representação de uma colocação típica, manejada de um seringueiro de Porto Dias/Acre (Azevedo & Rodrigues, 2001)-----	40
Figura 4: Influências dos projetos para conservação da floresta na opinião dos grupos locais-----	93
Figura 5: Aspectos positivos dos projetos na opinião dos grupos locais-----	95
Figura 6: Aspectos que não funcionam bem nos projetos na opinião dos grupos locais----	97

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Principais entraves à implementação dos projetos de mfc e formas de resolução encontradas por ONG's e grupos locais-----	9
Quadro 2: Características dos projetos selecionados para o estudo-----	20
Quadro 3: Número de entrevistas realizadas-----	22
Quadro 4: Utilização do espaço pelos grupos locais nos diferentes projetos estudados----	41
Quadro 5: Estrutura dos projetos estudados-----	54
Quadro 6: Participação dos grupos locais nas diferentes etapas de implementação de projetos de manejo florestal-----	62
Quadro 7: Principais espécies utilizadas pelos grupos locais nos projetos estudados e tipos atribuídos-----	76
Quadro 8: Usos alternativos dados às espécies exploradas no projeto de Marabá, no verão de 1997-----	77

LISTA DE SIGLAS

AGUAPÉ	Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CTA	Centro de Trabalhadores da Amazônia
DFID	Departamento para o Desenvolvimento Internacional do Governo Britânico
ECOPORE	Ação Ecológica Guaporé
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Acre
FFT	Fundação Floresta Tropical
GRAAL	Grupo de Apoio à Agricultura Familiar de Região de Fronteira
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente dos Recursos Naturais Renováveis
IMAZON	Instituto do Homem e do Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INPA	Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia
LASAT	Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins
MMA	Ministério do Meio Ambiente
ONG	Organização não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OSR	Organização dos Seringueiros de Rondônia
PA's	Projetos de assentamentos
PAE	Projeto de Assentamento Extrativista
PPG-7	Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil
RESEX	Reserva Extrativista
STR	Sindicato de Trabalhadores Rurais
WWF	Fundo Mundial para a Natureza

RESUMO

A atividade madeireira tem sido praticada ao longo de várias décadas na Amazônia por empresários oriundos da região Sudeste do país. As principais características desta atividade são os impactos causados no ambiente e o fato de atuarem à margem da legislação florestal. O interesse pelos recursos florestais faz com que os madeireiros tenham contato estreito com populações que vivem em áreas de florestas, muitas das vezes oferecendo infra-estruturas básicas como estradas, etc. No entanto, essas relações comerciais de venda ou troca de recursos florestais são marcadas por condições desfavoráveis aos grupos locais. Esses fatores têm levado algumas comunidades a se organizarem e buscarem alternativas de uso mais sustentável de seus recursos florestais. Um exemplo desta tendência tem sido o surgimento de vários projetos pilotos de manejo florestal comunitário, implementados na maioria dos estados amazônicos. Esse processo tem acontecido graças a uma parceria inédita entre organizações não-governamentais e moradores de comunidades que têm forçado o governo a criar, pela primeira vez, mecanismos para que colonos, seringueiros, ribeirinhos e grupos indígenas possam manejar, coletivamente, seus recursos florestais. As condições em que essas iniciativas possam ser bem-sucedidas ainda são desconhecidas. Repetindo análise de processo similar em outros países da América Latina, a literatura acumulada sobre a implementação dos projetos pilotos de manejo florestal comunitário na Amazônia tem privilegiado enfoque em aspectos técnicos, ecológicos e financeiros. No entanto, a operacionalização dos planos de manejo tem revelado alguns desafios, eminentemente sociais, a serem superados, colocando em risco a sustentabilidade dos projetos. Alguns desses aspectos foram abordados neste trabalho, entre eles: a gestão que os grupos locais fazem dos recursos naturais e sua relação com projeto de manejo, a valorização de saberes locais e formas de participação dos grupos locais na definição de modelos técnicos e implementação de projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia. Para isso, foram estudados três projetos pilotos de manejo florestal praticados por grupos locais, com diferentes tipos de usuários da floresta (colonos e seringueiros), localizados em Marabá (PA), Acrelândia (AC) e Costa Marques (RO). Verificou-se que os grupos distintos envolvidos nos projetos de manejo estabelecem relações diferenciadas com a floresta. Além disso, têm formas próprias e eficazes de manejar os recursos florestais para diversos fins. Esses saberes não têm sido potencializados para definição dos modelos técnicos de manejo, sendo esta decisão centralizada pelos técnicos que assessoram os projetos. Nesse sentido, a participação dos grupos locais tem sido mobilizada tão-somente para operacionalizar os planos de manejo. A implementação desses projetos também pode proporcionar melhor planejamento de uso do solo em nível local, além de possibilitar alternativas econômicas para os grupos locais envolvidos. Para isso, são necessárias relações mais democráticas entre os atores envolvidos, garantindo a participação dos grupos locais no processo decisório do projeto. Isso poderia influenciá-los na proposição de políticas públicas que reconhecessem sua diversidade cultural e assegurassem o tempo necessário para consolidação do processo de manejo florestal comunitário, clareando a relação necessária para se estabelecer tempo para o projeto e tempo para as comunidades manejarem seus recursos florestais. Esse processo poderia levar a políticas públicas que seriam verdadeiramente respeitadas e tornariam os grupos locais fortes aliados do governo no uso mais sustentável dos recursos naturais.

Palavras chaves: *Amazônia; Manejo florestal comunitário; manejo florestal; participação comunitária, recursos florestais.*

ABSTRACT

The lumber business has been practiced in the Amazonian area over decades by contractors from the South-Western region of the country. The main features of this activity are the impacts caused on the environment and the fact that the lumber mills act alongside of the forest law. The interest for forest resources makes the lumber dealers have close contact with the local population that lives in the forest areas, many times offering basic infrastructure like roads, etc. However, these commercial ties of selling or exchanging forest resources are marked by very disadvantageous conditions for the local groups. These factors have led some communities to become more organized and exploit alternatives of more sustainable uses of their forest resources. One example of this tendency are the implementation of various pilot projects of communal forest management, set up in most Amazonian states. This process is happening because there has been established a novel partnership between Non-Governmental Organizations (NGOs) and communities which for the first time forced the government to create mechanisms that allow the farmers, rubber-gatherers, riverside dwellers and indigenous groups to manage their forest resources collectively. The necessary conditions for these initiatives prove a success are still unknown. Based on the analysis of similar processes in other Latin-American countries and the accumulated literature about the implementation of pilot projects of forest management in the Amazonian area, we notice how they focus on technical, ecological and financial aspects. However, the introduction of management plans has revealed some challenges, mainly social ones, that must be overcome, because otherwise they will put the sustainability of the projects in jeopardy. Some of these aspects will be discussed in this paper, like the management of their natural resources by local groups and their relationship with a management project, the valorization of the local knowledges and the ways of participation of local groups in the definition of technical models and the implementation of communal forest management projects in the Amazonian region. Thus we studied three pilot projects of forest management with different types of forest users (farmers and rubber-gatherers) in Marabá (Pará), Acrelândia (Acre) and Costa Marques (Rondonia). We observed that the distinct groups which were involved with each management project had established different relations with the forest. Although they had proper and efficient ways of managing the forest resources, these knowledges have not been empowered for the choice of the technical models of forest management. The decision-making process has been centralized by technicians who assist the projects. In this sense, the participation of local groups has only been mobilized to implement the management plans. The implementation of these projects can provide better planning of the use of the soil at local level, and, furthermore, may present economic alternatives for the involved local groups. This requires more democratic relationships between all actors, granting the participation of the local groups in the decision-making process of the project. That could lead to the proposal of public policies which recognize their cultural diversity and give them enough time for the consolidation of the process of communal forest management, clarifying the relationship, establishing the time needed for developing the project and the time needed for the implementation of the management of the forest resources by the communities. This attitude could lead to public policies that would get more respect and have local groups as strong allies of the government in the more sustainable uses of natural resources.

Keywords: *Amazonia; communal forest management ; forest management ; community participation; forest resources.*

INTRODUÇÃO

A atividade madeireira tem sido praticada ao longo de várias décadas na Amazônia por empresários oriundos da região Sudeste do país (IMAZON, 1998). Atualmente, constitui-se como um dos principais usos da terra na Amazônia oriental, com 2.533 madeireiras que consumiram no biênio 1997-1998 27,8 milhões de metros cúbicos de madeira em tora (Veríssimo et al., 2001). No entanto, a atividade tem sido conduzida em bases insustentáveis, resultantes de modelos de operação florestal obsoletos e conduzido à margem da legislação. Como resultado, tem-se grande impacto ambiental, exercidos de forma direta em função dos métodos predominantes de extração (e.x. perdas severas no dossel da mata), ou indiretamente pelo fato da atividade madeireira catalisar ocupação desordenada da região e, conseqüentemente, contribuir para o desmatamento regional.

Em relação aos aspectos econômicos, a atividade madeireira merece destaque por apresentar as seguintes características: (I) a região amazônica apresenta domínio na produção de madeira nativa do Brasil; (II) a atividade madeireira representa, aproximadamente, 15 % do Produto Interno Bruto de seus principais estados e (III) apresenta-se como grande geradora de empregos (Scneider et al., 2000).

Porém, a insustentabilidade da atividade na região reflete, igualmente em seus aspectos econômicos. Scneider et al (2000) caracterizaram este modelo de exploração como ciclo do boom-colapso econômico. Ou seja, nos primeiros anos ocorre um rápido crescimento da economia (boom) seguido de um severo declínio de renda e emprego (colapso). Em função disso, existe a tendência do setor madeireiro migrar rapidamente, na medida em que os recursos se esgotam, e se o atual padrão de exploração não for contido é essa dinâmica que poderá ser replicada em outras regiões amazônicas.

Isso acontece em função do modelo predatório de utilização dos recursos florestais. Essas práticas, denominadas de “garimpagem florestal”, começam com a entrada dos madeireiros na floresta para remover as árvores de maior valor, explorando apenas uma ou duas árvores por hectare. Esse processo acontece sem qualquer planejamento na derrubada das árvores, na abertura de estradas e no arraste das toras. O retorno a essas mesmas áreas em intervalo de tempo curto não permite que a floresta se restabeleça e proporciona uma paisagem devastada, deixando a floresta susceptível a incêndios florestais (IMAZON, 1998).

Em função disso, nos últimos anos tem crescido na região o debate sobre manejo florestal, onde as instituições de pesquisa testam em campo técnicas de manejo que procuram minimizar impactos ambientais (e.x. danos ecológicos, incêndios florestais), sociais (e.x.. migração), ao mesmo tempo proporcionando retornos econômicos.

Porém, essas pesquisas ainda estão concentradas em grandes áreas e em modelos industriais (Muchagata & Amaral Neto, 2000). Esses estudos têm ignorado a existência de populações com imensa diversidade cultural que têm experimentado sistemas duradouros de utilização dos recursos naturais.

Somente a partir da metade dos anos 90 é que tem se intensificado o debate sobre a participação das populações tradicionais ou pequenos proprietários no manejo sustentável de florestas em áreas protegidas, tanto públicas (e.x.: Reservas Extrativistas), como particulares (e.x.: Reserva Legal). Embora exista uma infinidade de práticas e manejo locais ainda pouco exploradas pela academia e políticas públicas, essas discussões têm acontecido no âmbito da implementação de alguns projetos de manejo florestal, ainda em caráter experimental, praticado por algumas populações (colonos, ribeirinhos, seringueiros e grupos indígenas), em diferentes estados amazônicos.

A IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO NA AMAZÔNIA

Atualmente existem dezoito projetos de manejo florestal comunitário (MFC) na Amazônia. Estes projetos têm sido implementados no Brasil através de algumas iniciativas envolvendo ONG'S e grupos locais (ribeirinhos, colonos, índios, seringueiros). Apresentam uma grande diversidade de experiências considerando as diferenças em tipos de organização (por exemplo, sindicatos de trabalhadores e associações extrativistas); tipos de acesso aos recursos florestais (por exemplo, reservas extrativistas, lotes individuais de posseiros), produtos (madeireiros e não-madeireiros); tipos de floresta (terra-firme e várzea); cultura e tempo de atividade. A grande maioria dos projetos (44%) tem como ator principal comunidades de agricultores, ribeirinhos/caboclos (21%), indígenas (21%) e extrativista (14%) (Amaral & Amaral Neto, 2001).

O número dessas experiências tem crescido rapidamente. Em 1993, havia cerca de sete projetos e atualmente existem cerca de 18 na região, com área de mais de 1.500 000 hectares. Embora isso não signifique muita coisa em termos amazônicos, as condições para a promoção do manejo florestal comunitário são boas e despertam interesses de vários setores do governo, agências financiadoras, ONG's e comunidades.

Ao lado disso, alguns avanços relativos na legislação e outras políticas públicas, como estabelecimento de crédito para manejo florestal comunitário com o Banco da Amazônia S/A, podem possibilitar o surgimento de vários outros projetos na Região. Essas e outras medidas podem sinalizar para apoio ao manejo florestal comunitário como a nova panacéia para implementar “práticas conservacionistas”, assim como aconteceu quando incentivou a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's).

No entanto, como se configurou na implementação de SAF's, a realidade da implementação dos projetos é bastante difícil, em termos de resultados concretos à curto-médio prazos para os grupos locais envolvidos. De uma maneira geral, os projetos de manejo florestal comunitário em implementação na Amazônia apresentam objetivos bem ambiciosos. Todos prevêem desde o manejo até o beneficiamento e comercialização da madeira, exigindo dos grupos locais habilidades em técnicas de extração, manuseio de equipamentos, conhecimentos sobre gerenciamento, mercado, entre outras.

Quadro 1: Principais entraves à implementação dos projetos de MFC e formas de resolução encontradas por ONG's e grupos locais.

Aspectos	Principais Entraves aos projetos	Formas encontradas de resolução
Técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de modelos de exploração de baixo impacto; • Índices técnicos não definidos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Programas de capacitação em técnicas de manejo; • Realização de estudos para definir modelos/índices técnicos.
Legais	<ul style="list-style-type: none"> • Legislação florestal em vigor não adaptada ao MFC dificultando análise dos planos de manejo; • Morosidade na aprovação dos planos de manejo. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação entre os projetos, discutindo os problemas; • Edição de Instruções Normativa regulamentando as atividades junto ao IBAMA.
Econômicos	<ul style="list-style-type: none"> • Custos/Benefícios da atividade não avaliados pelos projetos; • Exigências mercado incompatíveis com realidade dos projetos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Articulação com grupo de compradores, atingindo mercado Sul/Sudeste.
Sociais	<ul style="list-style-type: none"> • Atividade de manejo (para o mercado) não internalizada no universo cultural dos grupos locais: projetos a partir de instituições externas à comunidade; • Organização dos grupos locais para a atividade de manejo débil. 	<ul style="list-style-type: none"> • Envolvimento do projeto de organizações que representam os grupos locais; • Mecanismos de envolvimento dos diferentes grupos, organizações e membros da comunidade - nas atividades do projeto (colegiados, comitês, etc).
Políticos	<ul style="list-style-type: none"> • Regularização fundiária das áreas a serem manejadas não definidas, dificultando aprovação dos planos de manejo; • Conflitos com empresários do setor madeireiro em “romper” com relações pré-estabelecidas em relação aos recursos florestais. 	<ul style="list-style-type: none"> • Favorecimento de mecanismos legais que justifiquem justa posse no encaminhamento dos planos de manejo; • Discussão dos resultados dos projetos com organizações de trabalhadores rurais a fim de qualificar intervenção junto aos órgãos públicos (IBAMA, INCRA) e setor privado (madeireiros).

Além disso, existem outros entraves encontrados pelas comunidades e ONG's ao iniciarem as atividades de manejo florestal. O estabelecimento de modelos técnicos de manejo ao nível local – visando a produção de madeira para o mercado -, a adequação da legislação florestal ao manejo em vigor que contemple o manejo por comunidades, qualidade e quantidade do produto a oferecer no mercado, conflitos com atores locais poderosos, etc. constituíram desafios para implementação e consolidação dos projetos (Quadro 1).

A literatura acumulada sobre implementação desses projetos pilotos tem privilegiado análises dos aspectos técnicos e financeiros do manejo. Porém, alguns estudos (Amaral & Amaral Neto, 2001; Muchagata & Amaral Neto 2000; Freire et al., 2001, Porro et al., 2000) têm revelado alguns desafios – eminentemente sociais - a serem superados por ONG's e grupos locais no processo de implementação dos projetos tais como: (I) conciliar diferentes interesses dos atores envolvidos; (II) participação dos grupos locais nos projetos, na elaboração, planejamento e avaliação das atividades, considerando o saber local para definição dos modelos de manejo; (III) promover a gestão dos recursos naturais, considerando as especificidades locais e (IV) estabelecer mecanismos para gestão de conflitos na divisão de tarefas e benefícios, mas também na regulamentação das atividades, etc.

No entanto, as condições em que essas iniciativas possam se tornar sustentáveis, tanto do ponto de vista técnico e financeiro, mas, principalmente, em seus aspectos sociais ainda são desconhecidas. Algumas perguntas-chaves poderiam ajudar a tornar mais claros estes aspectos no processo de implementação dos projetos pilotos implementados na Amazônia brasileira, tais como: Como é feita a gestão dos recursos naturais pelas populações envolvidas nos projetos? Como são definidos os modelos técnicos e organizacionais adotados pelo projeto de manejo como um todo? Qual o

papel de técnicos e população local na implementação das atividades de manejo florestal? Como que os conhecimentos locais são valorizados e interagem com o conhecimento técnico-científico na definição dos modelos técnicos adotados pelos projetos? Como que as atividades de manejo se inserem no modo de vida das diferentes populações envolvidas na implementação dos projetos?

Este estudo pretende contribuir para dar respostas a estas perguntas, tirando lições de três iniciativas de manejo florestal comunitário em curso na região. Para isso buscou-se projetos que envolvessem populações diferentes para tratar de parte da diversidade cultural, institucional e ecológica dos grupos locais que habitam áreas de florestas na Amazônia.

OBJETIVOS DA PESQUISA

Objetivo Geral

Verificar como (e se) os modelos técnicos de manejo florestal, adotados em alguns projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia brasileira contribuem e fortalecem as práticas de gestão dos recursos naturais ao nível local.

Objetivos Específicos

A partir de um levantamento sobre os usos que os grupos locais fazem dos recursos florestais, identificar as principais espécies manuseadas por eles e caracterizar como que este saber está sendo valorizado na definição e implementação das etapas de manejo.

Verificar a qualidade da participação dos grupos locais envolvidos na implementação de projeto de manejo florestal comunitário.

Analisar a forma de participação dos grupos locais na implementação de projetos de manejo florestal comunitário

O trabalho foi dividido em cinco capítulos. No primeiro, são apresentados os procedimentos metodológicos adotados pela pesquisa, para seleção dos projetos estudados, coleta e análise dos dados. No segundo, são caracterizadas as diferentes formas de gestão dos recursos naturais praticadas pelos grupos locais envolvidos nos projetos, procurando ver as relações de como utilizam a floresta com a implantação do manejo florestal nas comunidades. No terceiro, analisa-se a participação dos grupos locais na implementação dos projetos. No quarto, são caracterizados os saberes que os grupos locais têm de como manejar suas florestas e analisa-se como que eles interagem com os saberes técnico-científico na definição dos modelos de manejo. No quinto capítulo, faz-se uma discussão de como as atividades de manejo se inserem no modo de vida dos grupos locais envolvidos na implementação dos projetos de manejo. Na última seção, são apresentadas as conclusões gerais e recomendações da pesquisa.

Perguntas de pesquisa

A forma como têm sido implementados os projetos de manejo florestal comunitário está influenciando na gestão dos recursos naturais pelos grupos locais?

Para responder a essa questão central faz-se necessário responder as seguintes questões secundárias:

1. Como é feita a gestão dos recursos naturais pelas populações envolvidas nos projetos?
2. Como são definidos os modelos técnicos e organizacionais adotados pelo projeto de manejo como um todo?

3. Qual o papel de técnicos e população local na implementação das atividades de manejo florestal?
4. Como que os saberes locais são valorizados e interagem com o saber técnico-científico?
5. Como que as atividades de manejo se inserem no modo de vida das diferentes populações envolvidas na implementação dos projetos?

1. METODOLOGIA

Muitos projetos de desenvolvimento têm fracassado por implementarem suas ações de maneira verticalizada, considerando os grupos locais como meros beneficiários ou como objetos nas ações a serem desenvolvidas. Nessa perspectiva, tais projetos ignoram mecanismos eficientes de participação como prática integradora de promoção do desenvolvimento. Uma das maneiras de se obter tal processo participativo em todas as etapas de implementação nestes projetos – desde a definição de problemas, ao planejamento, execução e monitoração das atividades – é considerar os conhecimentos e interesses dos grupos locais (Schmink, 1999).

Estas questões são observadas como entraves e têm sido vivenciadas em projetos florestais envolvendo comunidades, praticados na América Latina (De Camino, 2001). No entanto, alguns outros autores têm analisado a implementação de projetos de desenvolvimento, considerando no local os elementos de saberes e de acordos em relação à gestão da natureza Albaladejo e Veiga, (1997). Estes aspectos são importantes nas categorias de projetos de gestão dos recursos naturais ao nível local e serão considerados nas análises feitas neste trabalho.

Os primeiros projetos com planos de manejo florestal envolvendo comunidades na Amazônia surgiram a partir da segunda metade dos anos de 1990 (Amaral & Amaral

Neto, 2000). Estas experiências estão sendo desenvolvidas em regiões diferentes, com populações e sistemas de utilização dos recursos naturais distintos e a particularidade da organização social de cada uma delas deveriam ser consideradas na implementação dos projetos. Dessa forma, a complexidade das relações sociedade – natureza e as demandas específicas de manejo desenvolvidas – sendo primeira vez para fins comerciais – têm potencialmente a capacidade de transformar essas mesmas relações, que se desenvolverão a partir das interações estabelecidas entre técnicos, grupos locais e instituições de apoio envolvidas nos projetos. Analisar essas transformações então exige uma abordagem multidisciplinar, sendo necessário avaliar os aspectos técnicos, sociais e ambientais desses projetos.

Alguns esforços são observados para tratar de participação e valorização de saberes locais na implementação de projetos de manejo florestal comunitário por alguns pesquisadores (Albaladejo e Veiga Jr., 1997) refletindo de forma articulada e, separadamente, a questão dos saberes práticos em jogo na gestão dos recursos naturais da questão da construção de acordos sobre esta gestão. A análises nos três projetos estudados será inspirada nesse tipo de abordagem, que considera, entre outros aspectos, as estratégias desenvolvidas no cotidiano dos grupos locais, bem como as relações de dominação existentes entre os envolvidos na implementação dos projetos.

1.1 ÁREA DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada em três estados da Amazônia brasileira: Pará, Acre e Rondônia (Figura 1). Nestes estados, a dinâmica da atividade madeireira apresenta-se diferenciada.

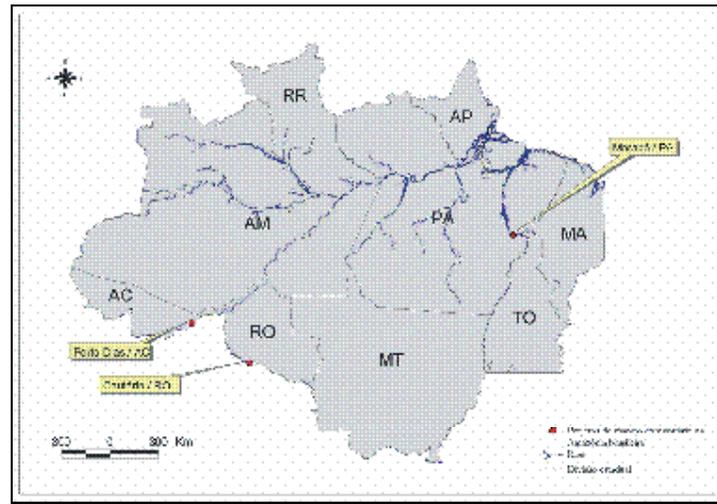


Figura 1: Localização dos projetos de manejo florestal comunitário, selecionados para pesquisa.

O Pará tem a maior superfície, 1 248 042 km² e é o estado que concentra a maior produção de madeira da Amazônia, com 12 milhões m³/ano e, conseqüentemente, o que exerce maior pressão sobre a superfície florestal (66 % de cobertura vegetal). O Acre é o menor estado da região, com uma superfície de 153. 149,9 km². Porém, proporcionalmente, apresenta a maior cobertura vegetal, 78 % de superfície, e menor volume madeira comercializado, com cerca de 300 mil m³/ano. Rondônia tem uma superfície de 237. 546,5 km², produz 4,8 milhões de m³/ano e possui 68 % de cobertura vegetal (Amaral, 2001).

A dinâmica da atividade madeireira apresenta-se diferenciada nestes três estados. O Pará é o maior estado produtor madeireiro da Amazônia. A forte pressão exercida nas regiões Sul e Nordeste na busca por espécies de alto valor têm levado os madeireiros a migrarem para a região Oeste do Estado, principalmente em terras indígenas. No caso de Rondônia, a criação de áreas unidades de conservação, através de reservas extrativistas, de uma certa maneira, inviabilizam a produção madeireira. No entanto, o

uso indiscriminado ao longo da BR 364 dizimou os recursos florestais existentes e, atualmente, os madeireiros estão migrando para a BR 421 e 429 (Ribeiro, 1989). No Acre, pode acontecer tanto expansão das atividades ilegais ao longo de novos trechos rodoviários, quanto de nova produção, através de manejo em florestas públicas.

Os projetos de manejo florestal comunitário iniciaram suas atividades nas comunidades a partir de situações pré-estabelecidas, tais como: forte pressão de outros atores (principalmente madeireiros e fazendeiros) sobre áreas de florestas das comunidades, conflitos fundiários, ausência de legislação florestal que contemplasse o manejo comunitário, infra-estrutura precária, etc. A implementação desses projetos, representou, entre outros fatores, possibilidade de usos alternativos aos recursos florestais (melhorias locais através de casas e outras construções), bem como resolução de alguns problemas estruturais (como construção de pontes e ramais de acesso a estradas para facilitar saída de madeira).

Em função disso, os grupos locais envolvidos estabeleceram formas diferenciadas de se relacionar com os projetos, atendendo em maior ou menor grau suas expectativas iniciais. Esse aspecto pode ter sido influenciado pelo tipo de organização que possuem, forma como se relacionam com os recursos naturais, relações estabelecidas entre técnicos e grupos locais, impactos sociais, ambientais e econômicos provocados pelos projetos.

Diante disso, foram selecionados três projetos para o estudo. A seleção das áreas de estudo foi baseada em visitas anteriores às áreas e contatos com os projetos em workshops. Duas visitas já haviam sido feitas aos projetos, antes do trabalho de campo. Os critérios para escolha dos projetos foram baseados em (I) tempo de existência; (II) tipo de população envolvida (III) característica da situação fundiária onde os projetos estão sendo desenvolvidos (Quadro 2). Os projetos selecionados foram: Uso Múltiplo

no Assentamento Extrativista de Porto Dias/Acre, Manejo Florestal Comunitário na Reserva Extrativista do Rio Cautário/Rondônia e Manejo Florestal Comunitário e Valorização dos Recursos Madeireiros pela Agricultura Familiar em Marabá/Pará.

Estes projetos estão entre os mais antigos da Amazônia e já completaram, ao menos, um ciclo das etapas operacionais previstas nos planos de manejo: inventário, planejamento, extração e comercialização. Outra característica importante é que cada um dos projetos é gerido por distintos grupos sociais (colonos, seringueiros). Ao analisar as formas como que essas populações gerem seus recursos naturais, pode-se chegar às razões pelas quais estabelecem relações diferenciadas com a floresta e que tipo de implicação isso tem para implementação de projetos de manejo florestal ao nível local.

Quadro 2: Características dos projetos selecionados para o estudo.

Nome do Projeto	Instituições Envolvidas	Fase do projeto	Grupo Envolvido	População local e número de sócios do projeto	Local, ano de início do projeto	Situação fundiária
Manejo Florestal Comunitário e Valorização dos Recursos Madeireiros pela Agricultura Familiar	GRAAL/ LASAT; STR's de Marabá, Itupiranga e Jacundá	1 extração em caráter experimental	Colonos	280 famílias ¹ , sendo, 41 sócias do projeto	Marabá/PA 1993	Projeto de Colonização da Reforma Agrária
Uso Múltiplo no Assentamento Extrativista de Porto Dias	CTA; Associação de Porto Dias	2 extrações realizadas, sendo uma com comercialização	Seringueiros	90 famílias, sendo 8 sócias do projeto	Porto Dias/AC 1995	Projeto de Assentamento Extrativista
Manejo Florestal Comunitário na Reserva Extrativista do Rio Cautário	ECOPOREÉ; AGUAPÉ; OSR; WWF	2 extrações realizadas, sendo uma com comercialização	Seringueiros	65 famílias, sendo 12 sócias do projeto.	Costa Marques/RO 1995	Reserva Estadual Extrativista

¹ Distribuídas em três comunidades de atuação do projeto.

1.2 COLETA DE DADOS

As informações foram coletadas a partir de roteiros de entrevistas previamente elaborados. Foram elaboradas perguntas específicas para grupos locais diretamente envolvidos nos projetos, equipe técnica dos projetos e pessoas das comunidades que não participam dos projetos (ANEXO 1). A escolha deste procedimento se deu pelo tempo reduzido destinado à etapa de campo (de apenas dois meses), considerando o calendário climático amazônico, determinante para acesso aos projetos.

A escolha dos entrevistados foi definida a partir de conversas com informantes-chaves junto aos grupos locais e da ONG envolvida no projeto, acessibilidade destes em função do tempo destinado para entrevistas em cada projeto, história e participação no projeto e tempo de envolvimento (no caso de participantes do projeto).

As entrevistas foram realizadas no período de outubro à novembro de 2001. As informações foram levantadas durante visita aos projetos, tanto nas ONG's que os assessoram, como nas comunidades e unidades de manejo. O tempo de permanência em cada projeto foi de cinco dias a uma semana, dividido entre entrevistas com os grupos locais e com equipe técnica. Antes da ida ao campo, foram recolhidos documentos importantes sobre os projetos, tais como artigos e materiais diversos.

No total, foram entrevistadas 24 pessoas sendo 14 diretamente envolvidas nos projetos, cinco moradores de comunidades que não faziam parte dos projetos e cinco técnicos responsáveis pela implementação dos planos de manejo, sendo um em Marabá/PA, 2 no Acre e 2 em Rondônia. Entre os participantes locais dos projetos, foram entrevistados 6 membros do projeto em Marabá/PA, 4 em Porto Dias/AC e 4 no Rio Cautário/RO.

As opiniões dos não-participantes de projetos foram levantadas a partir da identificação de pessoas-chave, que já haviam expressado opiniões acerca da

implementação do projeto em algum fórum na comunidade. Portanto, privilegiou-se um número reduzido dessas entrevistas, sendo 2 em Marabá, 2 no Acre e uma em Rondônia.

Quadro 3: Número de entrevistas realizadas.

Projeto	Técnicos	Participantes	Não-participantes	Total Geral
Marabá/PA	1	6	2	9
Acre	2	4	2	8
Rondônia	2	4	1	7
Total	5	14	5	24

As informações levantadas junto aos grupos locais diretamente envolvidos com os projetos procuraram: (I) caracterizar as famílias quanto à origem, grau de escolaridade de seus membros, uso da terra; (II) conhecer como acontece a participação nas atividades do projeto; (III) caracterizar os diferentes usos que fazem da floresta, incluindo a atividade de manejo e sua avaliação sobre a implementação do projeto; (IV) caracterizar a estrutura organizacional do projeto.

Aos técnicos dos projetos foram levantadas informações sobre o projeto; elementos que influenciaram na definição do modelo de manejo adotado; percepção sobre os saberes locais e sobre aspectos estruturais do projeto.

1.3 ANÁLISES DOS DADOS

As informações levantadas em campo foram organizadas em um banco de dados, utilizando software Microsoft Access, agrupando-as em categorias de entrevistados: participantes dos projetos, não participantes e técnicos. Dessa forma, foi possível realizar análises relacionando os projetos estudados e tipo de população envolvida.

Os projetos foram caracterizados mediante definição de seus aspectos técnicos, legais, formas de implementação dos planos de manejo e aspectos estruturais.

As informações levantadas junto aos grupos locais foram analisadas a partir de sua participação na implementação dos projetos, quer seja na implementação das etapas dos projetos, ou através dos diferentes usos que fazem dos recursos florestais, mesmo antes da chegada dos projetos.

As informações levantadas junto aos técnicos foram confrontadas com as dos grupos locais, permitindo identificar interação/conflitos de saberes a partir da identificação dos conhecimentos que os grupos locais têm sobre manejo, e diferentes formas de realizá-lo, e percepção que os técnicos têm sobre o conhecimento e participação dos grupos locais na definição dos modelos de manejo.

Finalmente, a análise dos dados procurou compreender o papel diferenciado que a floresta exerce sobre as diferentes populações envolvidas nos projetos. Para isso, foram levantados os diferentes usos que os grupos locais fazem das espécies florestais para consumo humano, construções, medicinal, artesanato, mercado madeireiro, atração de caça, entre outros.

1.4 PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS DOS PROJETOS ESTUDADOS

1.4.1 Projeto de Marabá – Estado do Pará

Implementado em três comunidades de agricultores familiares da região de Marabá/PA, distante 500 km de Belém. O projeto iniciou suas atividades em 1993 através de uma ação-teste de comercialização de madeira. As instituições envolvidas na implementação das ações de manejo são: Laboratório Sócio-Agrônomo do Tocantins – LASAT e os Sindicatos de Trabalhadores Rurais de Marabá, Itupiranga e Jacundá. Assim como os demais projetos, recebem apoio financeiro do ProManejo, beneficiando, diretamente, quarenta e uma famílias de agricultores familiares.

Em cada comunidade, é destinado 10-20% da área de floresta da reserva legal dos sócios e a exploração ocorre em lotes individuais dos agricultores. O plano prevê exploração de 20 ha/ano em cada comunidade, com intensidade de corte de 15 m³/ha e ciclo de 25 anos. Para isso, torna-se necessário maior disponibilidade de mata, através da inclusão de novos sócios, prevista nesta nova fase do projeto.

Embora localizados em regiões diferentes, onde a dinâmica madeireira também se apresenta diferenciada, esses projetos possuem algumas características em comum que são importantes para serem selecionadas para o estudo. Primeiro porque envolvem populações diferentes, o que permitirá tratar da diversidade cultural e organizacional na implementação dos projetos. Segundo porque possuem modelos técnicos diferenciados, que necessitaram de arranjos específicos para serem implementados (e.x: necessidade de inclusão de novos sócios, áreas coletivas, áreas individuais, etc). Também, esses projetos já estão em fases operacionais de seus planos de manejo, portanto é possível comparar como que os grupos locais estão se organizando em torno das atividades, mas também participando delas. Finalmente, por já terem superado as fases iniciais e terem modelos técnicos já definidos, é possível analisar as relações entre saberes nestes modelos e os impactos que os projetos têm tido nas comunidades.

Para começar a compreender as especificidades existentes entre essas populações e sua importância para as atividades de manejo, torna-se necessário saber como que se dá as formas de gestão local entre esses grupos locais.

1.4.2 Projeto de Porto Dias – Estado do Acre

Localizado no Projeto de Assentamento Extrativista de Porto Dias (PAE Porto Dias), município de Acrelândia a 120 km de Rio Branco, no estado do Acre. O projeto possui uma área total de 3000 ha, envolvendo, atualmente, 8 famílias do PAE. As

atividades do projeto foram iniciadas em 1995 e as entidades responsáveis por sua implementação são Centro de Trabalhadores da Amazônia – CTA e Associação de Moradores de Porto Dias. O objetivo do projeto é promover alternativa de renda aos seringueiros do Assentamento Extrativista de Porto Dias, através da implementação do projeto piloto de manejo florestal sustentável, beneficiando 1000 m³ de madeira/ano em 100 ha, com intensidade de exploração de 10 m³/ha e um ciclo de corte de 30 anos. Além disso, prevê a capacitação de seringueiros em técnicas de manejo e gerenciamento da atividade florestal.

O projeto surgiu a partir de outras ações desenvolvidas pelo CTA na Reserva de Porto Dias nas áreas de educação e saúde. A realização de um trabalho mais próximo da floresta veio a partir de uma iniciativa de resgatar o potencial e os valores medicinais que a floresta tinha para os seringueiros. No bojo dessas discussões é lançada pelo CTA a idéia de trabalhar com um projeto de manejo madeireiro, com perspectiva de uso múltiplo. Atualmente, o projeto recebe apoio financeiro do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável da Amazônia – ProManejo / PPG7, através do Componente Iniciativas Promissoras.

1.4.3 Projeto do Rio Cautário – Estado de Rondônia

Localizado na Reserva Extrativista do Rio Cautário, na Rodovia RO 429 a 63 Km de Costa Marques. É executado através da parceria entre ECOPORÉ (Ação Ecológica Guaporé), como responsável técnico e OSR (Organização dos Seringueiros de Rondônia) e, AGUAPÉ (Associação dos Seringueiros do Vale do Guaporé), como organizações de seringueiros.

Assim como o projeto de Porto Dias, o projeto surge com objetivo de gerar novas alternativas econômicas frente à problemática decorrente da crescente perda de

poder aquisitivo da borracha, principal produto comercializado pelas populações extrativistas de Rondônia.

O projeto beneficia diretamente doze famílias, mas por se tratar de manejo em reserva extrativista, a área manejada é coletiva e parte da renda gerada com as atividades de manejo é distribuída, também, para o restante dos moradores da reserva. Assim como os demais, o projeto conta com apoio do Promanejo para desenvolver atividades de assessoria técnica e investimentos. O plano de manejo prevê ciclo de corte para trinta anos, explorando 132 ha/ano, com uma intensidade de exploração de 7,5 m³/ha.

2. A GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS POR COLONOS E SERINGUEIROS E OPORTUNIDADES PARA O MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO

A relação que colonos e seringueiros estabelecem com a floresta é função de uma série de fatores, tais como: percepção da floresta como fonte de benefícios materiais; florestas tidas como identidade cultural e simbolismo espiritual, florestas vistas como importância legal e política, usadas como instrumento de mobilização e potencial ao longo prazo para desenvolvimento sustentável. Esses interesses pela floresta geralmente estão além de perspectivas de geração de renda com a venda de madeira (Porro et al., 2000). Parte dessas relações serão discutidas aqui para as áreas estudadas. Neste capítulo, será mobilizada literatura para caracterização dos grupos locais envolvidos na implementação de projetos de manejo florestal comunitário tratados nesta pesquisa: de que colono e seringueiro o trabalho fala. A partir das informações sobre uso do solo levantadas nas entrevistas (uso da mata, roça, cultivos perenes, pasto, etc.) pretende-se caracterizar como que essas populações fazem a gestão

do espaço. Finalmente, será feita uma análise sobre a importância relativa da floresta a partir da diversidade das populações envolvidas nos projetos e como esse aspecto poderia influenciar na definição de políticas públicas que fortaleça a implementação desses projetos.

2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DE MANEJO

Os grupos locais envolvidos na implementação de projetos de manejo florestal comunitário estudados, ocupam áreas que apresentam naturezas distintas e que, por causa disso, influenciam nas formas de uso dos recursos naturais. As categorias relacionadas às populações estudadas são: Projeto de Assentamento, no caso de colonos e Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) e Reserva Extrativista (RESEX), no caso de seringueiros.

- Projeto de Assentamento: São unidades produtivas onde se desenvolvem atividades agroeconômicas, tais como agricultura, pecuária, extrativismo, artesanato, turismo, etc. Devem ser desenvolvidas de forma sustentável, obedecendo à legislação florestal. Para isso, devem realizar o Plano de Desenvolvimento do Assentamento e obter o Licenciamento Ambiental (INCRA, 2001)

Reserva Extrativista: São espaços territoriais protegidos pelo poder público, destinados à exploração auto-sustentável e conservação dos recursos naturais renováveis, por população com tradição no uso dos recursos extrativos, regulados por contrato de concessão real de uso, mediante plano de utilização aprovado pelo IBAMA (Allegretti, 1994; Shiraishi, 2000).

Projeto de Assentamento Extrativista: Os Projetos de Assentamento Extrativistas (PAE's) constituíram os primeiros modelos de Reservas Extrativistas e materializam os conceitos formulados pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, apresentados ao INCRA, quando este órgão passou a considerar a possibilidade de implantar Reservas Extrativistas na Amazônia (Allegretti, 1994). Esta denominação reside no fato da reforma agrária ser entendida como assentamento de pessoas e segue o procedimento normal adotado pelo INCRA, de interferir em áreas de conflito, desapropriá-la e destiná-las a antigos posseiros que recebem em situação fundiária regularizada.

A garantia dos direitos territoriais da população rural que vive na Amazônia é um problema recorrente e vem sendo tratado pelo governo através da implementação de diversas modalidades de uso do espaço, apresentando especificidades entre si. Uma delas é o órgão governamental responsável pelo processo de criação e implementação de PAE's e RESEX's (INCRA e IBAMA, respectivamente). Uma outra diferença está relacionada à forma de utilização dos recursos. As RESEX's permitem a regularização de áreas contínuas, tais como antigos seringais.

Isso levou à criação de um novo sistema de propriedade nessas áreas, parcialmente coletivo, constituindo em um desafio colocado à sustentabilidade social das RESEX's. Embora na Amazônia existam algumas variações de campesinato, uma característica comum que influencia na gestão do espaço são as decisões tomadas em escala familiar, ou na escala de um grupo de famílias, orientadas por oportunidades comuns existentes e em particular pelos preços de mercado (Almeida, 1994).

Além disso, as áreas médias nos PAE's e RESEX's são muito superiores em relação aos PA's. A razão para essa diferença está no tipo de população envolvida e a

principal categoria de utilização dos recursos: floresta e outros ecossistemas, no caso de seringueiros e agropecuária, no caso de colonos.

As principais características relacionadas às formas de utilização dos recursos pelos diferentes grupos locais envolvidos nos projetos estudados encontram-se descritas a seguir:

2.1.1 Colonos de Marabá - Pará

A região de Marabá passou por duas fases de ocupação distintas, ocorridas nos anos de 1960 e 1970. Na primeira, os migrantes vindos por sua própria conta penetraram em castanhais nativos, monopolizados ao longo de três gerações por algumas grandes famílias locais. Na segunda ocupação, os colonos foram atraídos pela implantação de grandes projetos governamentais (De Reynal et al., 1995; Emmi, 1999). Durante esses dois momentos históricos, esses migrantes, principalmente nordestinos, passaram a ter relações e estratégias diferenciadas em relação à utilização dos recursos naturais.

Os castanhais antigos foram ocupados por estes agricultores que chegavam em busca de terra. Este processo causou impacto em uma dinâmica local baseada numa economia extrativa mercantil (Emmi, 1999). Para sobrevivência, normalmente, esses agricultores plantam arroz, mandioca, milho e feijão e criam pequenos animais. Implantam pastos visando a criação de gado, normalmente de braquiarão e colômbio. Além disso, plantam culturas perenes, principalmente o cupuaçu.

A utilização do espaço é determinada por outros fatores, como situação fundiária, acesso a mercados, cobertura vegetal pré-existente, capital, mão-de-obra e também influenciada pela forma como os vizinhos utilizam o solo. No geral, é construída a moradia para a família, próximo a uma via de acesso e de fonte d'água.

As primeiras aberturas ocorrem aos arredores da casa, onde também são construídos pomares e implantados pastos. Novas aberturas podem ocorrer tanto em mata como em áreas de vegetação secundária, deixada em descanso para recompor biomassa arbórea.

Alguns pesquisadores têm estudado estes sistemas de produção, praticados por colonos em situação de frente pioneira, principalmente visando identificar suas causas de não sustentabilidade (De Reynal et al., 1995; Topall, 1992; Muchagata, 1997; Muchagata et al., 1996). Esses estudos apontam que estes agricultores nas fases iniciais de colonização praticam sistemas de produção ecologicamente diversificados, mas economicamente instáveis baseados na produção de culturas anuais e na extração de produtos florestais. À medida que o sistema de produção avança e o meio socio-econômico evolui, os agricultores passam a optar pela pecuária. A necessidade de aumentar as áreas de pasto leva a um aumento da conversão de floresta, utilizando-se da prática da queimada, com sérias implicações para a sustentabilidade dos sistemas de produção como um todo (De Reynal et al., 1995; Muchagata 1997).

As aberturas podem ocorrer de duas formas. Na mata, a lógica implementada é de criar uma área contígua de desmatamento, que se justifica no plano técnico pelo favorecimento de novas queimadas, bem como maior controle da família sobre eventuais depredações por animais da floresta (Veiga & Albaladejo, 1997). No caso de novas aberturas em áreas de vegetação secundária, além das estratégias estabelecidas pelas famílias de gestão do espaço, a escolha depende de outros fatores, como disponibilidade de mata e mão-de-obra, localização das áreas de roça, etc.

2.1.2 Seringueiros de Porto Dias - Acre

Os seringueiros de Porto Dias estão situados no Projeto de Assentamento Extrativista do Porto Dias, criado em 1989. Possui uma área de 22.145 hectares, cujos

limites margeiam o rio Abunã na fronteira com a Bolívia. Localiza-se no município de Acrelândia no Estado do Acre e possui uma população total em torno de 90 famílias. (Freire et al. 2001).

A tradição na forma de utilizar o espaço leva os seringueiros a terem formas diferentes dos colonos de se relacionar com a floresta. Porro et al. (2000) apontam como as principais visões que os seringueiros têm da floresta: fonte de recursos renováveis, madeira e, principalmente, produtos não-madeireiros. No PAE Porto Dias, a atividade econômica predominante é a extração de látex e coleta de castanha, embora utilizem a floresta para outros fins como caça, agricultura de subsistência, etc. Em áreas limítrofes à Reserva existem colonos que têm influenciado seringueiros a diversificar seus sistemas, através dos cultivos perenes e criação de gado (Freire et al. 2001).

Esses diferentes grupos que compõem o PAE Porto Dias foram caracterizados por Freire et al. (2001), que encontraram três grupos de interesse : (I) moradores com orientação para a agricultura, com grande influência das áreas de colonização; (II) moradores com orientação para o extrativismo, com grande dependência da floresta para a exploração de seringa e castanha, caracterizados como seringueiros e (III) moradores com orientação para o extrativismo, que participam do projeto de manejo florestal. Os moradores do primeiro grupo, estão normalmente localizados em áreas limítrofes com a Reserva, não possuem dependência, conhecimento ou ligações culturais com os demais moradores antigos. Entre o segundo e o terceiro grupo, a diferença básica reside no fato do terceiro participar do projeto de manejo e por relações mais estreitas com o CTA (Centro de Trabalhadores da Amazônia), ONG que apóia o projeto.

Os moradores voltados para o extrativismo exercem suas atividades com base na produção familiar, caracterizando-se pela coleta de produtos da floresta, predominantemente borracha e castanha. A renda mensal por família desses seringueiros

é de US\$ 37,00 e teve aumento de 50 %, para os que fazem parte do projeto de manejo, com a primeira operação de extração e comercialização de madeira, realizada em 2000 (Azevedo & Rodrigues, 2001).

As atividades de corte de seringa são realizadas no período de maio a agosto e sobrepõem-se com o calendário de atividades do manejo. Em função disso, 25% das famílias envolvidas no projeto de manejo deixaram de cortar seringa. As justificativas apresentadas para que deixassem de cortar seringa estão mais relacionadas à disponibilidade de mão-de-obra do que maior aposta com os resultados do manejo.

O preparo da área para implantação dos cultivos de subsistência é feito pela limpeza da área, através da broca e derrubada das árvores maiores, seguido da queima. As áreas trabalhadas para implantação dessas culturas, normalmente em capoeiras, são aproveitadas após o pousio de cinco anos. O solo não sofre aração, nem recebe adubos de natureza orgânica ou mineral. Planta-se nesse “roçado” (assim chamado pelos seringueiros) feijão, arroz, milho e macaxeira.

A área média das áreas de roça é de 0,7 ha, onde são plantados arroz e milho consorciados, no final da estação seca (entre os meses de agosto e setembro). A colheita do milho é feita em dezembro e a de arroz em fevereiro/março. Já o feijão é plantado entre março e abril e é colhido em junho e julho (CTA, 2000).

2.1.3 Seringueiros do Rio Cautário - Rondônia

Os seringueiros do Rio Cautário vivem na Reserva Extrativista do Rio Cautário, criada em 1995, abrangendo uma área de 146. 400 ha. (Weigand Jr. et al., 1997). Localiza-se na bacia do rio Guaporé, no município de Costa Marques. O acesso à área pode ser feito via fluvial, através do rio Cautário a partir de sua foz no rio Guaporé.

Além disso, e recentemente, pela rodovia RO 429, Km 33, 58 e 63, no sentido Costa Marques - São Miguel.

Segundo moradores antigos, o processo de ocupação da reserva se deu no início do século passado por seringalistas, interessados na exploração do látex. A relação com os seringueiros era através de aviamento, onde os seringueiros recebiam alimentos e remédios nos barracões, em troca da produção. Com a crise no preço da borracha esse sistema sofreu abalo, começando a faltar remédios no seringal e posteriormente abandono dos padrões.

A partir de então, os seringueiros tiveram que aprender outras formas de se relacionar com a floresta, diversificando seus usos, agora não só na extração de látex, mas também para agricultura, pesca e extração de outros produtos da floresta para fins medicinais, artesanais, etc. Wolf (1999), analisa este processo como importante transformação sobre a população de seringueiros, onde a relação espaço ocupado e natureza existente neste espaço e, sobretudo, a relação entre população, espaço e natureza levou com que fizessem desse espaço seu território. Daí o embasamento para criação dessas áreas em Reservas Extrativistas.

A proposta de criação da RESEX no Rio Cautário baseou-se não só pelo aspecto constitucional de proteção dos direitos históricos à posse da terra e uso dos recursos naturais de populações tradicionais, como também pelo potencial extrativo ameaçado pela presença de outros atores alheios (principalmente fazendeiros e madeireiros) às práticas extrativas. A prática do extrativismo, exercida pelos moradores locais antes da criação da Reserva, consistia em corte de seringa e coleta de castanha, uso de produtos não madeireiros e pesca artesanal. Além disso, tinham plantios de perenes e alguns moradores discutiam a possibilidade de exploração econômica do jacaré, que não é

consumido pela população local e em função disso, a população dessa espécie é grande na região (Simonian, 1993).

O extrativismo continua sendo a principal fonte de renda dos moradores do Rio Cautário. As seringueiras nativas, normalmente, estão localizadas em áreas alagáveis de várzea. A produção média anual de um seringal é de mil quilogramas por fabrico . A coleta de castanha é feita normalmente nos meses de fevereiro a março, com produção média por família de quarenta barricas. A renda média por família/ano oriunda do extrativismo de um seringueiro do Rio Cautário foi estimada em US\$ 686.00, a partir dos estudos de Weigand Jr. et al. (1997).

Os seringueiros do Rio Cautário fazem abertura nas áreas para roçados de arroz, milho, mandioca, feijão, macaxeira, maxixe e abóbora. Essa produção é basicamente para consumo da família. A área média de um roçado entre os seringueiros entrevistados é de 2,9 ha. Porém, essa média está bem acima de um hectare encontrado por Weigand Jr. et al. (1997). Isso se deve ao fato de um dos seringueiros entrevistados ter ocupado uma área que já havia sofrido abertura anteriormente.

De um modo geral, os recursos naturais na Reserva do Rio Cautário são utilizados da seguinte forma:

- beira do rio e junto à casa: cultivam-se hortaliças, são feitas pequenas criações, principalmente pela mulher e pesca;
- várzea: corte de seringa, coleta de fruto de açaí, caça, pesca (em época de cheia), retirada de frutas e madeiras para construções;
- capoeira: arroz, milho, feijão, mandioca e frutas;
- mata: coleta de castanha, óleo de copaíba (para consumo), madeira e caça.

2.2 A RELAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS COM OS RECURSOS NATURAIS E A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DO ESPAÇO PARA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE MANEJO

Os diferentes grupos locais envolvidos nos projetos de manejo florestal apresentaram formas distintas em relação à utilização dos recursos naturais. Isso pode ser observado na gestão do espaço. No entanto, algumas considerações importantes precisam ser observadas ao caracterizar como que é feita a gestão dos recursos naturais encontradas pelas populações estudadas.

No processo de criação das RESEX's, o que estava em questão era a formulação de um modelo de regularização dos espaços ocupados, privilegiando a base tradicional sobre a qual as principais atividades extrativas vinham sendo desenvolvidas, especialmente a castanha e seringa.

A forma tradicional de uso dos recursos extrativos na Amazônia sempre esteve concentrada na “colocação”, unidade produtiva, de base familiar, formada pelas “estradas de seringa” (conjunto de seringueiras) e pelas áreas de caça, pesca, agricultura de subsistência, coleta de frutos. Neste caso, os recursos explorados por uma unidade familiar não necessariamente estão restritos, espacialmente, à área exclusiva de uma “colocação”. Podem sobrepor-se às de outras áreas vizinhas. Ou seja, limites rígidos de uso e propriedade, individuais, não são realidade em seringais.

Sendo os recursos naturais explorados dessa maneira, o projeto de manejo concorre em espaço com as demais atividades praticadas pelos seringueiros, como o corte de seringa, abertura de novas áreas de roça, etc. Os critérios estabelecidos para definir novas áreas consideram além de estradas de seringa, castanhais, existência de igarapés, e as próprias áreas destinadas ao projeto de manejo. Como essas áreas

contornam as estradas de seringa, áreas para plantios tornam-se cada vez mais restritas (Figura 2).

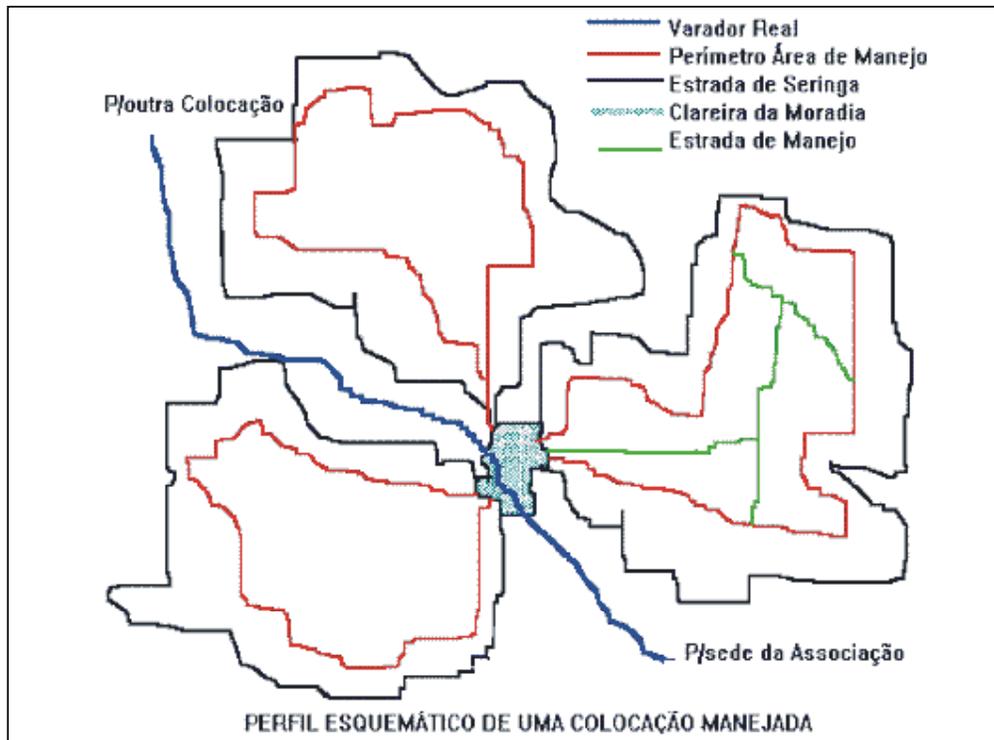


Figura 2: Representação de uma colocação típica, manejada de um seringueiro de Porto Dias/Acre (Azevedo & Rodrigues, 2001).

No geral, as dimensões do lote de um colono e de uma colocação de seringueiro são bem diferentes. Em Marabá, a área média de um colono na comunidade onde o projeto é implementado é de 108 ha. No Acre, a área média uma colocação de um seringueiro participante do projeto tem 211 ha, enquanto que em Rondônia é de 206 ha. No entanto, ao levantar as diferentes formas de utilização para subsistência das famílias e a existência de mata pelos diferentes grupos envolvidos nos projetos, foi constatado que os seringueiros ainda detêm 74% de mata contra 38% dos colonos (Quadro 4).

Quadro 4: Utilização do espaço pelos grupos locais nos diferentes projetos estudados

			Situação quando chegou no lote/colocação (há)					Situação em 2001 (ha)						
			UF*	FM**	Área total	mata	capoeira	pasto	roça	Perene	área total	Mata	capoeira	pasto
PROJETOS DE MANEJO COMUNITÁRIO ESTUDADOS	PARÁ	1	145	145	0	0	0	0	145	72	22	48	2	1
		2	96	96	0	0	0	0	96	24	3	67	1	1
		3	96	90	0	0	0	0	96	29	38	29	0	0
		4	96	96	0	0	0	0	96	29	29	38	0	0
		Média	108.25	106.75	0	0	0	0	108.25	38.5	23	45.5	0.75	0.5
	ACRE	1	400	399	1	0	0	0	400	381	1	17	1	0
		2	400	399	1	0	0	0	400	380	1	7	1	1
		3	350	350	1	0	0	0	350	246	2	1	0	1
		Média	211.40	210.22	0.37	0	0	0	211.40	149.93	14.87	31.56	0.71	0.56
	RO	1	320	0	0	0	0	0	320	305	10	1	4	0
		2	320	320	0	0	0	0	320	320	0	0	0	0
		3	300	265	25	0	10	0	300	245	30	0	25	0
		Média	236.88	206.41	2.3645	0	0.83	0	236.88	184.95	14.48	23.75	2.95	0.42

* Unidade da Federação onde o projeto está localizado.

** Número de famílias pertencentes aos projetos de manejo florestal e proprietárias de terra.

A disponibilidade de floresta para atividades de manejo é maior entre os seringueiros quando comparados aos colonos. Isso acontece, entre outros fatores, pela predominância de um sistema privilegiado no extrativismo da castanha e, principalmente, da borracha, pela qual se obteve bom preço durante seus ciclos de produção.

Para explorar borracha de forma tradicional, como acontece no caso dos seringueiros, é necessário grande quantidade de área. Isso acontece em função da forma dispersa como as seringueiras se encontram na floresta. Allegretti (1994) estima que para uma produção mínima anual de 500 kg de borracha (dentro dos padrões entre os seringueiros entrevistados), é necessário uma média de 300 a 500 ha de floresta.

Entre os colonos, a própria estrutura fundiária é uma das razões para justificar a reduzida disponibilidade de mata. No entanto, a pressão exercida pelos madeireiros é maior que, através da exploração seletiva, tornam suas florestas fragmentadas e mais vulneráveis a incêndios florestais. Além disso, a tendência à especialização dos sistemas de produção praticados (De Reynal et al., 1995; Muchagata, 1997) e ausência do setor público, com políticas que assegure sua permanência na terra, podem justificar esse fator disponibilidade de mata.

Nessa dinâmica, a importância relativa da floresta para os colonos é menor e áreas disponíveis para manejo concorrem com áreas destinadas a outros usos em espaços mais reduzidos. Por outro lado, os colonos tendem a conservar áreas de mata, para manejar algumas espécies que particularmente lhes interessam, como açaí, cupuaçu, babaçu, castanha do Brasil (Veiga & Albaladejo, 1997), mas também para caça, uso medicinal, construções, manutenção dos recursos hídricos entre outras.

2.3 CONCLUSÕES

A região de Marabá passou por grandes transformações, principalmente a partir dos anos 70 onde vários outros – e poderosos – atores passaram a explorar e disputar os recursos florestais que antes eram divididos entre camponeses, índios e uma oligarquia regional (Emmi, 1999), que estabelecia as mesmas relações de dominação nos seringais do Acre e Rondônia.

Embora, em situações distintas, a disputa e conquista da terra levou essas populações a estabelecer novas relações com a floresta. Essas especificidades nas regiões estudadas deram origem às formas de gestão do espaço hoje predominante. Para os colonos de Marabá, a pressão pelos recursos é mais forte, devido presença mais intensa de outros atores (principalmente, madeireiros e fazendeiros) é fator predominante às estratégias adotadas pelas famílias, privilegiando agricultura de corte e queima e tendência à especialização em gado, como principal alternativa de permanecerem e se estabilizarem na região.

No caso dos seringueiros do Acre e Rondônia, possivelmente pelo isolamento, as políticas públicas, a partir de pressões exercidas por seringueiros, pesquisadores e ONG's, reconheceu direitos e deu oportunidades para que os moradores pudessem eles mesmos utilizar os recursos naturais. Esse processo levou com que eles passassem a estabelecer relações com a floresta que antes não tinham, como diversificar o uso da floresta.

A implantação de projetos de manejo florestal comunitário tem significado diferente para colonos e seringueiros, em função das diferentes formas de gestão dos recursos naturais dessas populações. No caso dos colonos de Marabá, a reduzida disponibilidade de floresta e a forma individualizada de utilização do espaço conduzem a um grande desafio de modelos técnicos que assegure sustentabilidade em manejar

“fragmentos de florestas”. Além disso, o projeto de manejo tem que se tornar uma atividade competitiva, frente às outras atividades de uso do solo para que a floresta seja maior valorizada.

No caso dos seringueiros, tanto no Acre como em Rondônia, a possibilidade de uso de áreas contíguas possibilita maior facilidade para estabelecer modelos de manejo. Além disso, a relação que os seringueiros têm com produtos florestais não-madeireiros (especialmente, coleta de castanha e extração de látex) tem potencial para desenvolver o uso múltiplo da floresta. Neste caso, o projeto de manejo fortaleceria a relação do seringueiro com a floresta e a proposta de Reserva Extrativista.

3. A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS

Os projetos de manejo florestal comunitário para aproveitamento econômico de madeira e produtos não-madeireiros têm acontecido na Amazônia através de parcerias entre ONG's e grupos comunitários. Dessa forma, o processo de implementação das ações de manejo traz questões de poder entre os grupos envolvidos e necessita de negociação do papel de cada ator envolvido. Um aspecto importante nessa discussão – e que sempre vem à tona na implementação dos projetos – é a participação. Neste capítulo, será tratada a questão da participação dos grupos locais na implementação dos projetos estudados. Inicialmente, será feita uma revisão da literatura sobre como que a participação tem sido tratada em projetos de desenvolvimento. A partir das informações levantadas no campo, será analisada como se dá a participação dos diferentes grupos locais na implementação dos projetos. Em seguida, será discutido o papel dos grupos locais e dos técnicos na implementação destes projetos. A partir dessas análises,

pretende-se caracterizar as relações de poder existentes no processo de implementação dos projetos.

3.1 A BUSCA PELA PARTICIPAÇÃO EM PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

A questão da participação de grupos locais na implementação de projetos de desenvolvimento é um tema recorrente tanto na academia, como na discussão sobre políticas públicas. Os modelos lineares de transferência de tecnologia, que consideravam os grupos locais como meros receptores proporcionou o surgimento das abordagens participativas, nas quais consideravam as lógicas dos grupos locais ao exercerem suas práticas de gestão do espaço, ou seja, de considerarem o fato de que estes têm boas razões para fazerem o que estão fazendo (Veiga Jr. 2002).

Entre os avanços conquistados neste processo, tem-se a necessidade de conhecer as práticas exercidas pelos grupos locais – e abertura para diálogo sobre saberes - colocando o local no centro dos projetos. Dessa maneira, os projetos de desenvolvimento teriam muito mais chances de alcançarem resultados.

No entanto, quando se faz referência à participação, várias noções são entendidas. De fato, a participação pode apresentar-se em diferentes níveis numa relação entre as populações locais e agentes externos. Esse processo pode envolver desde manipulação de lideranças locais, até uma relação de trabalhos conjuntos entre grupos locais e agentes externos, partilhando saberes e criando novas compreensões. Porém, é na construção de ações coletivas em que a população local estabelece sua própria agenda e se mobiliza para concretizá-la, sem que torne necessária a presença de pessoas externa é que se tem processo participativo. Neste caso, as ações do projeto de desenvolvimento são realizadas pela população local.

Atualmente, a participação tem sido buscada em projetos de desenvolvimento através de várias metodologias participativas. Embora possa se constituir em importantes ferramentas para proporcionar maior envolvimento dos grupos locais na implementação de projetos de desenvolvimento, pode, igualmente, reforçar ausência relações de dominação ou conflito (Albaladejo, 2000), na medida em que são aplicadas com objetivos exclusivos de atender as metas dos projetos. Isso acontece porque normalmente, a participação é trabalhada em função da necessidade colocada “de fora” e também para cumprir com metas e adequação dos projetos a editais.

Na implementação de projetos florestais comunitários, o processo não é diferente. Para ajudar a compreender como que a participação é tratada nestes projetos, é importante conhecer as razões que levaram a essa busca pelo local. Esse resgate e uma análise da participação em projetos de manejo florestal comunitário, implementados na Amazônia, serão tratados a seguir.

3.2 A PARTICIPAÇÃO DE GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL

A utilização dos recursos florestais pelas populações locais, concebida como silvicultura comunitária, emergiu quase que paralelamente ao conceito de desenvolvimento sustentável. Esses termos surgiram nos anos 70, em resposta ao fracasso das tentativas de gestão florestal com base em manejo praticado pelas indústrias, o qual excluía do processo uma parcela importante de atores envolvidos, as comunidades locais (IUCN/UNEP/WWF, 1980).

Diante disso, surge um questionamento crítico dos objetivos e resultados das estratégias de desenvolvimento empregadas pelos projetos de silvicultura. Essas críticas foram reforçadas pela crescente preocupação de que a utilização dos recursos que

sustentavam as atividades de desenvolvimento rural não eram sustentáveis e não alcançariam resultados positivos em longo prazo, assim como não apresentavam perspectivas para as gerações futuras (Arnold, 1992). A análise desta crise estava estritamente relacionada à demanda de lenha e ao conseqüente desmatamento e deterioração das áreas agrícolas e florestas da África e Ásia.

Ao final dos anos 70, aconteceram várias reuniões internacionais, em especial o Congresso Florestal Mundial de 1978, com o tema “Florestas para o Povo”. Esse evento foi um marco no processo de revisão dos modelos de desenvolvimento propostos e praticados nos países onde a atividade de exploração dos recursos florestais era mais importante. A partir daí, o Banco Mundial reconsiderou sua política de industrialização e orientou-a para a proteção do meio ambiente e atenção às necessidades das comunidades (Warner, 1995, citado por Amaral & Amaral Neto, 2000).

A partir da década de 80, uma primeira geração de projetos com ênfase em silvicultura comunitária é levada a campo, mas o enfoque ainda é centrado no reflorestamento. Estas experiências serviram para apontar a importância da dimensão econômica nas decisões dos grupos locais, e dos recursos florestais como fonte de recursos, alimentação, emprego e segurança alimentar (Arnold, 1992). Além disso, serviram para orientar a implementação de projetos de manejo florestal comunitário, sobretudo na América Central.

Como as propostas destes projetos, por definição, são propostas de ação, estas devem considerar o envolvimento das populações locais. Sendo assim, estava colocado o desafio para a implementação destes projetos: como envolver os grupos comunitários nas atividades de utilização dos recursos florestais?

3.3 A ESTRUTURA DOS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL COMUNITÁRIO ESTUDADOS

No projeto implementado por colonos em Marabá, as decisões técnicas e políticas são tomadas por um comitê que envolve representantes das três comunidades e sindicatos de trabalhadores rurais, além de representantes do LASAT. A forma de escolha de seus representantes se deu por indicações dos grupos que os compõem, após reuniões internas para esse fim. Esse comitê reúne em média uma vez por mês e também funciona como instrumento monitoramento e avaliação das atividades do projeto.

O projeto envolve 41 famílias de agricultores nas três comunidades. Através de acordos internos nas comunidades, podem existir tanto sócios que entram com florestas como sócios que não possuem terra e participam somente com mão de obra nas atividades. A divisão de benefícios prevê atendimento somente às famílias que participam diretamente das atividades desenvolvidas pelo projeto, sendo 30 % do lucro com a venda madeira para sócios sem terra e 70 % para sócios com terra (Quadro 5).

Em cada comunidade, agricultores participam integralmente de todas as etapas do projeto, que prevê extração, beneficiamento e comercialização de madeira. Para isso, montaram equipes distintas para cada etapa que receberam treinamentos para realizar as atividades. Além disso, em cada comunidade, existe um responsável pela coordenação das atividades e manutenção dos equipamentos do projeto.

Os agricultores não recebem qualquer benefício ou remuneração pela mão de obra destinada ao projeto, sendo entendida como contrapartida local à sua implementação nos acordos iniciais sobre a implementação. Os conflitos são discutidos em reuniões internas da comunidade, que podem contar com a presença de representantes de sindicatos e equipe técnica.

No projeto implementado ao Assentamento Extrativista de Porto Dias, Acre, as instituições responsáveis pela sua implementação são: o CTA e Associação de Moradores do Projeto de Assentamento Extrativista de Porto Dias. As decisões técnicas e políticas são tomadas a partir de reuniões entre sócios, equipe técnica e representantes da associação. Essas reuniões são feitas mensalmente na comunidade (Quadro 5).

O projeto envolve, atualmente, oito famílias e os benefícios gerados são distribuídos igualmente entre os sócios. Os seringueiros participam realizando as etapas de manejo. Para isso, receberam treinamentos em técnicas de manejo, operador de motosserra, operador de trator e operação de serraria.

Recentemente, foi tomada a decisão de terceirizar o beneficiamento da madeira por companhias madeiras na região. Sendo assim, os seringueiros têm participado somente na extração, arraste transporte das toras para serraria. A comercialização e o beneficiamento são negociados pelo CTA e acompanhadas por sócios do projeto e dirigentes da associação.

Quanto à remuneração pelas atividades desenvolvidas junto ao projeto, não é feita atualmente. Isso aconteceu no início da implementação do projeto, principalmente durante os treinamentos em técnicas de manejo e processamento da madeira oferecido aos sócios. Os conflitos são localmente discutidos em reuniões internas dos sócios, ou em eventos mais abrangentes envolvendo associação e equipe técnica.

No projeto implementado na Reserva Extrativista do Rio Cautário em Rondônia, OSR e AGUAPÉ são responsáveis pela organização de base nas comunidades. A ECOPORÉ e WWF são responsáveis pela coordenação técnica e financeira. As decisões do projeto são tomadas em um colegiado composto por essas instituições e por coordenadores locais do projeto, indicados pelas comunidades. O colegiado reúne duas vezes ao ano (Quadro 5).

Na Reserva, existem 65 famílias de seringueiros, distribuídas em três comunidades: Canindé, Jatobá e Cajueiro. Atualmente, 12 famílias, das três comunidades, participam diretamente das atividades do projeto florestal. As ações do projeto estão concentradas na comunidade de Canindé, em função, principalmente, pela facilidade de acesso ao mercado e maior envolvimento dos seringueiros nas discussões iniciais sobre a implementação do projeto. Como os recursos florestais explorados são de uso comum – pertencentes a todos os moradores da Reserva – a divisão dos benefícios a serem gerados com o projeto prevê atendimento as 65 famílias.

A participação dos seringueiros nas atividades de manejo acontece somente em etapas pré-exploratórias, principalmente em delimitação e abertura de picadas de orientação e inventários florestais. As demais etapas de manejo são realizadas por equipes que prestam serviços a madeireiros que atuam na região e são pagas com a renda da atividade de manejo. No geral, os seringueiros participam das atividades de beneficiamento da madeira, trabalhando em uma serraria instalada no interior da reserva. A comercialização é conduzida pela ECOPORÉ, fazendo consulta aos seringueiros sobre opções de mercado.

Existem seringueiros que assumem responsabilidade de coordenação local do projeto, tanto nas atividades de manejo como no beneficiamento da madeira. Esses seringueiros são lideranças locais que gerenciam as etapas de inventário e extração, bem como gerenciamento da serraria. Para participarem das atividades do projeto, os seringueiros recebem diárias, que são diferenciadas para coordenadores locais e demais seringueiros que trabalham na serraria. As discussões ao nível local sobre o projeto são feitas através de reuniões entre o grupo diretamente envolvido nas atividades de manejo e em reuniões da associação, onde participam os demais moradores da Reserva.

A participação de jovens e mulheres acontece, eventualmente, quando existe a necessidade de dar conta de encomendas. Isso acontece porque a ênfase das atividades do projeto é em produtos madeireiros, além de que as atividades de beneficiamento são consideradas arriscadas pelos seringueiros.

Quadro 5: Estrutura dos projetos de MFC estudados.

Projeto	Estrutura Organizacional	Local e Frequência de reunião	Divisão de Benefícios	Resolução Conflitos
Pará	Comitê, composto por representantes de grupos locais, sindicatos de trabalhadores rurais e ONG.	Centro Regional, mensal	Lucro dividido entre sócios, sendo 70 % para sócios com terra e 30 % para sem terra.	Reuniões do comitê, ou nas comunidades, envolvendo equipe técnica e sócios.
Acre	Reuniões internas, entre equipe técnica, grupo local de manejadores locais e representantes da associação.	Comunidade, mensal	Lucro dividido igualmente entre os sócios dos projetos.	Reuniões entre os sócios do projeto.
Rondônia	Colegiado, formado por coordenadores locais, representantes de ONG, equipe técnica, associação e financiadores.	Centro Regional, anual	Lucro dividido entre: 25 % para grupo diretamente envolvido nas atividades do projeto; 25 % para investimento em infra-estrutura; 25 % para associação; 12,5 % para entidade de representação regional dos grupos locais e 12,5 % para financiador.	Reuniões do colegiado, ou na própria comunidade entre os sócios.

3.4 OS PAPÉIS DE TÉCNICOS E GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS DE MANEJO FLORESTAL

Assim como tem acontecido em outras regiões da América Latina, o manejo florestal praticado por comunidades na Amazônia tem sido implementado através de projetos. Isso tem implicações de tempo para operacionalização das atividades, onde os projetos, necessariamente, têm que ter começo, meio e fim, além de atendimento a normas rigorosas estabelecidas pelas agências financiadoras.

Esses contratos, em geral, são de curta duração com orçamento no máximo para três anos de atividades. Normalmente, esse prazo tem-se mostrado insuficiente para que as atividades dos projetos possam ser concluídas, pois a grande maioria começa a operacionalizar seus planos de manejo nos últimos três anos de atividades. Esse tempo é necessário somente para definir as bases sociais dos projetos (Amaral, 1999).

Além disso, os projetos devem, necessariamente, seguir aos preceitos da academia no que diz respeito à fundamentação técnica de seus planos de manejo. Essa dinâmica não permite confrontar os diferentes saberes mobilizados pelos técnicos com as diferentes práticas de gestão dos recursos florestais implementadas pelos grupos locais, além de concentrar as ações dos projetos em aspectos técnicos, financeiros e ecológicos.

A chegada dos projetos nas comunidades estabelece ainda um certo tipo de relações de poder, entendido aqui como a capacidade de tomar decisões relativas a definição de problemas, suas causas e propostas de soluções. Davis-Case (1991) reforça que essa relação de poder pode acontecer em situações distintas, onde comunidade e projeto podem compartilhar decisões e conhecimentos apropriando-se igualmente do projeto. No entanto, podem existir ocasiões em que o projeto pode exercer um poder superior sobre a

comunidade, a qual lhe são impostas sutilmente idéias sobre os problemas e o que fazer para solucioná-los.

Essas situações centralizadoras ou mais democráticas de participação podem ser identificadas facilmente no processo de manejo florestal comunitário na Amazônia. Porém, pelo fato dessas ações serem em sua maioria implementadas através de projetos de cooperação internacional (Amaral & Amaral Neto, 2000), a coordenação do projeto necessita demonstrar eficiência no atendimento de metas, geralmente com prazos reduzidos, normais neste tipo de financiamento. Em todos os casos estudados, o controle dos recursos encontra-se nas mãos de ONG's, que através de sua equipe técnica podem exercer métodos diferenciados para que os grupos locais “participem” das ações de manejo. Na maioria dos casos, esse processo tem conduzido à participação instrumental (Astorga, 1994) das comunidades, que é uma das formas adotadas de poder superior caracterizado acima.

A compreensão, percepção e experimentação dessas questões e de relações distintas dos grupos locais com a floresta têm-se mostrado ingredientes importantes no processo de interação de técnicos com grupos locais na implementação de projetos de manejo. Essas relações complexas diferem entre e dentro de comunidades, entre comunidades e técnicos e entre estes (Porro et al., 2000). Para compreender esses aspectos nos projetos estudados, apresenta-se, a seguir, como que acontece a participação dos grupos locais nos projetos de manejo.

3.5 RAZÕES APRESENTADAS PELOS GRUPOS LOCAIS PARA PARTICIPAREM DOS PROJETOS

Os projetos de manejo florestal surgiram a partir da proposta de ONG's como mecanismos de diminuir o conflito com madeireiros e alternativa econômica pela valorização de recursos florestais frente à queda de preços dos produtos oriundos do extrativismo, especialmente Castanha-do-Brasil e seringa.

Em relação aos colonos, as principais razões para implementação do projeto foram de combater a exploração predatória e, através dos elementos trazidos pela ação (ex.técnicas de manejo), discutir melhores formas de gestão dos recursos naturais nos lotes com agricultores e organizações visando a proposição de políticas públicas locais e regionais.

Diversas razões levaram os grupos locais a participarem dos projetos. Entre elas, pode-se destacar a oportunidade de aumento de renda com a venda da madeira legalizada e conservar áreas de floresta na comunidade.

Esses aspectos são importantes para aos colonos de Marabá/PA, onde a atividade madeireira é mais intensa, e condições precárias em infra-estrutura que faz com que em algumas vezes esses colonos troquem áreas de florestas por ramais e estradas, e pela dinâmica de utilização do solo, que privilegia a utilização da biomassa arbórea para favorecer implantação dos cultivos com tendência à especialização em gado. Dessa forma o projeto surge como possibilidade de aumento de renda e uso alternativo da floresta, conforme depoimento de um colono, sócio do projeto, da comunidade de Sítio Novo, Marabá/PA:

A forma como a gente trabalha com a lavoura só devastava a mata e não sobrava nada, nem pasto ficava, só capoeira. O

projeto seria uma possibilidade de ganhar dinheiro e ainda proteger a floresta (colono de Marabá, 2001)

Em relação aos seringueiros, a questão da renda e a possibilidade de venda de madeira legalizada também aparecem como razões para participarem do projeto. Outro fator que motivou os seringueiros foi a possibilidade de exercerem maior conservação das reservas pelo controle às invasões, no interior da reserva por outros atores (colonos, madeireiros). Um dos fatores que eles apontam para isso é maior presença de funcionários do IBAMA na reserva para fiscalização das atividades de manejo. Esse fator, além do processo histórico de conquista de seus territórios e reconhecimento enquanto populações extrativistas com práticas tradicionais, foram elementos importantes para os seringueiros participarem dos projetos, conforme depoimento de um seringueiro:

O projeto surgiu em um momento importante, onde a gente tinha conflitos fundiários no interior da reserva. Estávamos perdendo o controle com a venda e roubo de madeira. Com a vinda do projeto, tínhamos a possibilidade de controlar as invasões, legalizar a atividade madeireira e ainda conservar nossas florestas (Seringueiro do Rio Cautário, 2001).

3.6 A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS ENVOLVIDOS NOS PROJETOS NOS PROJETOS

No projeto implementado em Marabá, os agricultores envolvidos com as atividades do projeto participam executando as atividades de manejo e beneficiamento. Para isso, montaram, na comunidade, equipes de trabalho por etapa da implementação do projeto de manejo: equipe de derruba, arraste, e processamento da madeira. Os membros das equipes de derruba e arraste participam dos treinamentos oferecidos pelo projeto em técnicas de

manejo e, atualmente, também assumem a responsabilidade sobre inventários nas áreas de mata destinadas ao projeto na comunidade.

Os critérios de escolha das pessoas a comporem as equipes foram discutidos entre os agricultores e se deu, basicamente, por afinidade com as atividades: pessoas com maior conhecimento para identificação das espécies, habilidades em derrubada, em dirigir trator, etc.

Os agricultores discutem regras de funcionamento do projeto em reuniões internas na comunidade, que servem, também, para discutir políticas públicas relacionadas ao manejo florestal e gerenciamento das atividades do projeto, principalmente através dos assuntos discutidos no comitê.

Quanto às responsabilidades locais assumidas em torno das ações do projeto, elas se concentram nas atividades operacionais do manejo e beneficiamento. Além do representante do comitê, existe na comunidade uma pessoa responsável por cada equipe montada para as atividades e também uma pessoa que assumiu responsabilidade pelos equipamentos do projeto.

No projeto implementado no Acre, os seringueiros participam executando somente as atividades inventário, extração e arraste. As reuniões internas servem para discutir a execução das atividades de manejo, modelos de beneficiamento, regras de funcionamento, políticas públicas, gerenciamento das atividades do projeto e comercialização de madeira. Além disso, participam de reuniões externas para discutir aspectos de comercialização de madeira.

As responsabilidades assumidas pelos seringueiros em torno das ações do projeto se restringem às atividades de extração e definição de regras, principalmente para inclusão e exclusão de sócios.

No projeto implementado em Rondônia, a execução das atividades operacionais do projeto de manejo se restringe somente à serraria. Além disso, através do papel de coordenação local, das atividades de manejo e serraria executam gerenciamento das atividades.

As reuniões internas servem tão somente para definir regras de funcionamento para as atividades na serraria e, a partir das opções de mercado, na definição da comercialização da madeira produzida. Participam, também, de reuniões fora da reserva para discutir políticas públicas relacionadas ao manejo florestal comunitário e sobre comercialização.

As responsabilidades internas assumidas pelos seringueiros se dão através da coordenação das atividades de manejo e beneficiamento na discussão sobre políticas públicas. Neste caso, as responsabilidades são assumidas tanto junto aos seringueiros na reserva, como no repasse das informações para equipe técnica.

A síntese da participação dos grupos locais nas diferentes etapas de implementação dos projetos de manejo encontra-se no Quadro 6.

Quadro 6: Participação dos grupos locais nas diferentes etapas de implementação de projetos de manejo florestal.

Principais Atividades/Projetos	Inventário Florestal	Arraste e Extração	Beneficiamento	Definição Técnicas	Discutindo Regras	Discutindo Políticas Públicas	Gerenciamento	Comercialização
Projeto do Pará								
Executando atividades	X	X	X	-	-	-	-	-
Reuniões internas	-	-		-	X	X	X	-
Reuniões externas	-	-	-	-	-	X	X	-
Assumindo responsabilidades locais	X	X	X	-	-	-	-	-

Projeto do Acre								
Executando atividades	X	X	-	-	-	-	-	-
Reuniões internas	X	X	X	-	X	X	X	X
Reuniões externas	-	-	-	-	-	-	-	X
Assumindo responsabilidades locais	-	X	-	-	X	-	-	-
Projeto de Rondônia								
Executando atividades	-	-	X	-	X	-	X	-
Reuniões internas	-	-	-	-	X	-	-	X
Reuniões externas	-	-	-	-	-	X	-	X
Assumindo responsabilidades locais	X	-	X	-	-	X	X	-

Observa-se que, no geral, os grupos locais têm sido mobilizados tão somente para operacionalizar as atividades de manejo. Sua participação nas definições de modelos técnicos, por exemplo, não acontece. Igualmente, as responsabilidades locais assumidas localmente acontecem para realização dessas atividades. Responsabilidades mais estratégicas sobre o projeto, como políticas públicas, gerenciamento e comercialização são centralizadas ainda pelas ONG's. As únicas atividades que têm participado neste sentido são de algumas reuniões fora da comunidade para discutir comercialização. Isso tem acontecido nos projetos do Acre e Rondônia que, pela proximidade geográfica, foi criado um grupo de produtores de madeira, com vistas à implantação de um entreposto de comercialização.

Quanto às reuniões internas, têm servido, principalmente, para definir regras de funcionamento do projeto. Intensificá-las, pode trazer resultados interessantes para implementação do projeto como um todo. Um exemplo disso foi vivenciado no projeto do

Acre, onde esse procedimento foi institucionalizado no último período para fortalecer acordos entre a ONG e grupos locais na implementação do projeto.

No início do projeto, as ações eram planejadas e implementadas pela equipe técnica, sem qualquer processo de discussão com a comunidade. Para atrair interesses da “participação” dos seringueiros, era feito pagamento de diárias para que participassem de treinamentos em técnicas de manejo realizadas na comunidade. Porém, nos últimos anos, e após mudança da coordenação da equipe técnica, foram feitas alianças institucionais que aproximou mais a comunidade do projeto, discutindo melhor seus objetivos com os diversos grupos existentes. Entre outros aspectos, o não pagamento de diárias é um produto deste trabalho.

Por outro lado, o pagamento de diárias é o principal motivador das responsabilidades assumidas localmente pelos seringueiros no projeto implementado em Rondônia. Esse procedimento tem levado a apropriação indireta dos moradores das comunidades pelos benefícios gerados pelo projeto, que tem funcionado em regime de empresa, com o cumprimento de jornadas rígidas de trabalho. Como essa dinâmica é nova – e totalmente desconhecida pelos seringueiros – conflitos internos têm ocorrido com frequência, quer seja pelo fato de privilegiar grupos ou pela dificuldade em lideranças locais exercerem a função de gerentes, quando todos têm o mesmo direito sobre os recursos.

Outros problemas com o pagamento de diárias em projetos de manejo florestais envolvendo comunidades têm sido descritos por descritos por Freire et al. (2001), pelo risco da comunidade passar a estabelecer uma relação de custo-benefício com a entidade de apoio, reproduzindo, dessa forma, modelos paternalistas de trabalho.

A participação da comunidade na implementação dos projetos de manejo florestal comunitário poderia ser potencializada, ao menos através da valorização do conhecimento que os locais têm acerca de seus recursos florestais e de como manejar a floresta. No entanto, até o momento as relações de dominação entre indivíduos que ocupam posições sociais diferentes na implementação dos projetos ainda não foram superadas.

Essa situação foi vivenciada no projeto do Acre, onde o modelo técnico inicial de manejo previa arraste das toras por animais, seguido de beneficiamento local em uma serraria previamente definida por uma consultoria externa. Desde o início os seringueiros questionaram a viabilidade deste modelo junto à equipe técnica. Em relação ao arraste, suas argumentações eram de que não tinham tradição em lidar com animais (que precisavam ser treinados para a atividade de manejo), bem como a distância acentuada entre as colocações (em média 6 km). Sobre a serraria, achavam que a capacidade de processamento não se adequaria ao volume e qualidade de madeira existente na reserva. Após quatro anos de experiência, o modelo foi revisto: o arraste passou a ser mecanizado e o beneficiamento terceirizado. As justificativas apresentadas pela equipe técnica foram exatamente as que os seringueiros argumentavam.

Os modelos técnicos poderiam considerar as práticas que os grupos locais estabelecem com a floresta, antes da chegada dos projetos. Por exemplo, as atividades pré-exploratórias, definidas nos planos de manejo, são de conhecimento dos grupos locais. A delimitação de área e abertura de picadas na floresta são atividades dominadas tanto por colonos como por seringueiros no preparo da área para roças. Os inventários são práticas comuns entre os seringueiros para definição e abertura de colocações. A prática da derruba também é feita pelos grupos locais, no preparo de área para plantios. Além disso, informações sobre auto-ecologia das espécies, árvores utilizadas como porta sementes,

importâncias para fauna e sistema de drenagem nas unidades de manejo são informações úteis para planejamento da exploração que são dominadas pelos grupos locais.

Estes exemplos demonstram claramente que o processo de implementação dos projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia poderia privilegiar intervenções mais participativas. Além disso, os modelos técnicos definidos pelos projetos ignoram algumas pesquisas que têm demonstrado a tradição no manejo florestal por grupos locais e um estoque considerável de sabedoria, conhecimento e habilidades práticas (Ritchie, et al.; 2001).

Alguns êxitos foram obtidos na busca da concepção comum de saberes com grupos indígenas na Bolívia (APCOB-CICOL, 2000) e camponeses no América Central (Astorga, 1994). Nos projetos estudados, algumas iniciativas são evidentes nos projetos do Pará e Acre. Porém, no geral a qualificação desses conhecimentos complexos, considerando a diversidade cultural neles existentes, é um passo ainda a ser buscado e poderia ser potencializado na definição dos modelos técnicos de manejo hoje existentes. No entanto, essa definição ainda tem sido decisão exclusiva de técnicos (Muchagata & Amaral Neto, 2001).

3.7 CONCLUSÕES

Embora a participação dos grupos locais envolvidos faça parte de todos artigos e guias em projetos de desenvolvimento, as opções metodológicas de intervenção praticadas pelas ONG's apresentam-se de forma diferenciada na implementação de projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia.

Os grupos locais têm sido mobilizados nos projetos, principalmente, para operacionalização dos planos de manejo, ficando as decisões sobre o projeto de definições

dos modelos de procedimentos técnicos a serem adotados ainda centralizados pelos técnicos e ONG's de apoio.

Isso tem acontecido, principalmente, porque as atividades de manejo têm sido implementadas mediante projetos que têm prazos pré-estabelecidos por editais rigorosos. Este tempo estabelecido pelos editais além de ser diferente do tempo necessário para compatibilizar as expectativas de conservação dos editais, com as de desenvolvimento dos grupos locais tem sido suficiente somente para discutir as bases sociais necessárias à implementação dos projetos.

Os projetos têm-se mostrado ambiciosos, prevendo várias etapas desde a extração, beneficiamento até a comercialização da madeira. Isso tem revelado um sistema complexo de atividades e níveis de decisões. As estruturas estabelecidas pelos projetos para democratizar as tomadas de decisão e permitir o envolvimento dos grupos locais no planejamento das atividades ainda têm-se mostrado ineficiente.

Os mecanismos utilizados para viabilizar a implementação dos projetos, especialmente no que diz respeito ao processo de tomada de decisões, através de reuniões internas, comitês e colegiados apresentam oportunidades distintas de potencializar a participação dos grupos da comunidade nas atividades do projeto. Quanto maior o número de atores envolvidos na estrutura, maior a complexidade do processo dado a quantidade de decisões a níveis diferentes. No projeto implementado em Rondônia, onde o fórum é um colegiado, a participação qualitativa dos seringueiros é prejudicada, pois eles mal têm tempo para discutir internamente as extensas pautas a serem tratadas nessas reuniões.

Estruturas mais simples podem possibilitar maior envolvimento dos grupos locais em processos decisórios dos projetos. Fóruns pequenos estabelecidos localmente, como no caso do Acre, ou regionalmente, no caso de Marabá podem ser mais atraentes à

participação, pela sua mobilidade e representatividade entre os atores reunidos. Esses métodos também têm sido implementados com sucesso na discussão de pesquisas sobre a utilização de recursos florestais por comunidades (Shanley et al., 1996). No caso do comitê, pelo envolvimento de entidades de representação regional dos trabalhadores rurais, além de discutir o dia-a-dia do projeto, tem sido possível também discutir os impactos de políticas públicas sobre a população envolvida.

As atividades de manejo florestal, definida a partir dos técnicos, ainda não estão internalizadas no universo cultural dos grupos locais e isso tem dificultado ainda mais a participação destes na implementação dos projetos.

4. POSSIBILIDADES DE VALORIZAÇÃO DE SABERES LOCAIS NA DEFINIÇÃO DE MODELOS TÉCNICOS DE MANEJO

As opções técnicas para definição de modelos de manejo florestal, são normalmente, baseadas em experiências oriundas de trabalhos acadêmicos. Tais modelos são desenhados em ambiente de incertezas, especialmente pela falta de conhecimento sobre ecologia da floresta, particularmente sobre a floresta tropical. Por outro lado, as pessoas que habitam áreas de florestas na Amazônia possuem saberes que foram acumulados ao longo de sua história no local. Neste capítulo, pretende-se caracterizar estes conhecimentos através do levantamento sobre uso das espécies florestais pelos grupos locais e discutir como acontece a valorização destes na definição dos modelos técnicos de manejo implementados pelos projetos estudados. Para isso, será feita uma revisão de literatura, a fim de mostrar os principais trabalhos que influenciaram o reconhecimento de saberes locais em estratégias conservacionistas. Em seguida, será sistematizada a opinião dos técnicos envolvidos na implementação dos projetos de manejo florestal comunitário. Essas

opiniões serão levantadas sobre: como percebem os grupos locais com quem trabalham, dos saberes que possuem de como manejar suas florestas, etc. Além disso, serão caracterizadas as informações mobilizadas pelos técnicos no processo de elaboração dos planos de manejo. Com essas análises, pretende-se mostrar a possibilidade de interação de saberes locais com o saber técnico-científico para definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos.

4.1 A VALORIZAÇÃO DE SABERES LOCAIS EM ESTRATÉGIAS CONSERVACIONISTAS

A valorização de saberes locais em estratégias conservacionistas tem a mesma origem das discussões sobre o reconhecimento – e sua importância para a sustentabilidade - de grupos locais em unidades de conservação. Esse tema tem sido debatido através de visões antagônicas em relação ao significado de unidades de conservação. Para uns, essas áreas destinam-se a proteger a “natureza selvagem” do mundo moderno. Neste caso, as unidades de conservação não sofrem ação humana, sendo sua presença restrita a visitas e não como morador (Devall, 1985). Este modelo foi concebido em meados do século XIX pela escola americana e influenciou a adoção de estratégias conservacionistas em várias regiões do mundo (Diegues, 1993).

Para outros, esse “mundo natural intocado” não existe. Este grupo considera que áreas de florestas ditas naturais, em sua grande maioria, são produto de ação humana ao longo dos milhares de anos em que o homem vive no planeta (Diegues, 1993). Os simpatizantes desta corrente defendem o reconhecimento de relações harmônicas entre homem e natureza em estratégias conservacionistas e condenam o efeito devastador da

proposta baseada na “natureza selvagem” sobre grupos locais, principalmente índios e extrativistas (Gomes- Pompa & Kaus, 1992).

Essas diferentes opiniões influenciaram trabalhos de vários autores que discutiram a expansão da proposta de criação de parques nacionais e o conservacionismo norte-americano no mundo (Worster, 1977; O’Riordan, 1981; Bookchin, 1976; Naess, 1973) e são usualmente empregadas como um exemplo das diferenças entre conservação dos recursos e preservação da natureza.

O reconhecimento de populações locais e sua importância para conservação dos recursos foram discutidos em vários eventos internacionais, onde predominava o modelo de unidades de conservação que preconizava a ausência de população residente. Somente a partir da conferência da ONU sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente de 1986 é que os saberes dos grupos locais são reconhecidos (Diegues, 1993). Este debate influenciou importantes documentos (IUCN/PNUMA e WWF, 1991) que serviram de base para o IV Congresso Mundial de Parques, em 1992. Este encontro consolidou não só reconhecimento da existência de populações que ocupam áreas de florestas, mas também a valorização de seus conhecimentos em estratégias conservacionistas (IUCN, 1992), bem como a necessidade de contribuição das ciências sociais para o entendimento das necessidades das populações locais (Mcneely, 1992).

No Brasil, essa discussão é mais recente e está intimamente ligada à história do ambientalismo brasileiro. A visão preservacionista americana influenciou muitas instituições responsáveis pela questão ambiental. No entanto, começou a ser criticada a partir dos anos 80 com um tipo de ambientalismo mais ligado às questões sociais. Esse movimento surgiu a partir de uma leitura crítica do modelo de desenvolvimento econômico

concentrador de renda e devastador da natureza, fortemente implementado durante a ditadura militar (Viola, 1986).

Os altos índices de desmatamento de áreas de florestas tropicais e seus impactos sobre as populações locais através da aniquilação de seringais e implementação de grandes projetos – como de construção de barragens – provocaram, também, reação unificada da representação de grupos locais. Viola (1991) denomina esse movimento como “ambientalismo camponês” e é representado pelo Conselho Nacional dos Seringueiros, pelo Movimento dos Atingidos pelas Barragens, pelo Movimento dos Pescadores Artesanais, pelos Movimentos Indígenas, etc. Um marco importante dessa nova forma de organização dos movimentos sociais foi a realização do I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu, em fevereiro de 1989, em Altamira (Waldman, 1992).

Além disso, a criação e expansão da proposta de Reservas Extrativistas podem ser outro exemplo de conquista desse movimento, embora ainda seja contestada quanto ao aspecto de sustentabilidade (Homma, 1992; Brodwer, 1992; Pendleton, 1992). Atualmente, tem-se trabalhado a proposta de ampliação da rede de unidades de conservação, além de se disponibilizar terras públicas para manejo de produção de madeira e outros produtos florestais não madeireiros. Para isso, as instituições ambientais ligadas aos movimentos sociais propõem a criação de florestas de produção por apresentar as seguintes vantagens: garantir segurança fundiária às áreas de florestas; assegurar compromisso em longo prazo com a atividade florestal, produção sob regime de manejo e arrecadação de royalties (Smeraldi, 1998).

No entanto, este processo de criação de Florestas Nacionais (Flonas) segue o mesmo modelo do passado, ignorando as populações locais que habitam essas áreas de florestas. A exclusão da população local no processo de criação Floresta Nacional do Tapajós, criada

em 1974, é um exemplo de imposição e negação, por parte do governo, dos moradores da área (Fatheuer, 1998). Além disso, estudos recentes encomendados pelo Ministério do Meio Ambiente (Veríssimo et al., 2000), seguem desconsiderando a existência de populações locais para criação de futuras Flonas.

O reconhecimento das populações locais e a valorização dos saberes que possuem de como manejar a floresta podem ser importantes para definição de novos modelos de unidades de conservação e de uso mais sustentável dos recursos florestais. A exploração de florestas para fins comerciais, principalmente de produtos madeireiros, está se dando na Amazônia através da implementação de projetos pilotos de manejo florestal comunitário. Mais uma vez, tem-se a oportunidade de haver interação de saberes técnicos com os saberes dos grupos locais que habitam áreas com florestas. Para que isso possa acontecer, é preciso conhecer os diferentes usos que os grupos locais fazem da floresta e considerá-los na definição dos modelos técnicos de manejo. Mas, como isso está acontecendo nestes projetos?

4.2 OS DIFERENTES USOS QUE OS GRUPOS LOCAIS FAZEM DA FLORESTA

As formas de utilização das florestas pelos grupos locais foram estabelecidas a partir de um levantamento, caracterizando usos para: alimentação humana, construções, medicinal, combustível, mercado madeireiro, artesanato e atração de caças. Azevedo & Rodrigues (2001) têm defendido este tipo de levantamento na implementação de projetos de manejo florestal comunitário por valorizar e sistematizar os conhecimentos locais durante processo de elaboração dos planos de manejo. Estes conhecimentos têm grande utilidade para os planos de manejo, considerando a diversidade de uso e de espécies manejadas pelos grupos locais envolvidos com os projetos de manejo.

No projeto de Marabá, os principais usos que os agricultores fazem das espécies existentes em suas florestas são, respectivamente, para construção, medicinal, combustível, artesanato e venda de madeira para o mercado (Figura 3). A necessidade de instalação da família, de infra-estrutura local (como cercas, pontes, currais etc.) justifica a importância da utilização de espécies para construção. O contato estreito com madeireiros, o tipo de sistema de produção predominante, baseado na eliminação da cobertura vegetal, e a baixa influência de políticas públicas, proporcionam abundância de espécies destinadas ao mercado.

Nos projetos implementados por seringueiros no Acre e Rondônia, os usos feitos pelos grupos locais apresentaram-se distribuídos de maneira mais homogênea. Porém, o uso de espécies destinadas ao mercado madeireiro é inferior, comparado aos colonos. Isso se dá pelo fato de que a relação que estes grupos têm com o mercado é privilegiada no comércio de castanha e látex.

As pessoas envolvidas nestes projetos utilizam, maior quantidade de espécies para fins medicinais, relativamente aos colonos de Marabá. Isso pode ser explicado pela localização das RESEX's, normalmente mais distantes do mercado. As principais espécies utilizadas pelos diferentes grupos locais e os demais tipos de usos atribuídos a elas encontram-se sistematizadas no Quadro 7.

Os critérios adotados para os diversos usos das espécies florestais, expressados pelos grupos locais foram: resistência (construção), propriedades terapêuticas (medicinal), características exóticas e acesso a mercado (artesanato), facilidade de pegar fogo (lenha), tipo de flor/fruto (atração de caça).

Quadro 7: Principais espécies utilizadas pelos grupos locais nos projetos estudados e tipos atribuídos.

Projetos Estudados	Principais espécies utilizadas	Construções	Medicinal	Combustível	Mercado Madeireiro	Artesanato	Atração de caça
Pará	Açaí, andiroba, angelim vermelho, aquariquara, castanaha, cedroarana, copaíba, muiracatiara, orelha de macaco, timbó	Caibro, esteio, ripa, tábua, telhado, viga, mesa, cadeira, banco, curral, mata-burro	Cicatrizante, antiinflamatório, diarreia, baques,	Carvão	Móveis, forro, porta,	Cofó, abano, paneiro, vassoura, balaio, cadeira, chapéu	Veado, tatu, paca, anta, catitu, jaboti
Acre	Açaí, breu vermelho, caracanaúba, castanha, copaíba, cumaru ferro, pau d'arco roxo, paxiúba, uxi, timbó.	Esteio, parede, assoalho, telhado, cumeeira	Antiinflamatório, reumatismo, malária, baques	Lenha	Móveis	Paneiro,	Veado, porco, cotia, tatu, paca, mambo, jacamim, quati, tucano, jacu, capelão, papagaio, maracanã, jaboti,
Rondônia	Açaí, andiroba, angelim vermelho, aquariquara, castanha, cedroarana, copaíba, orelha de macaco, paxiúba, timbó	Telhado, assoalho, parede, esteio, cerca	Cicatrizante, diarreia, picada de animais, baques, anemia, malária	Carvão, lenha	Barco	Paneiro, sapato,	Veado, paca, cutia, anta, porquinho, tatu, jaboti

Entre as principais espécies utilizadas pelos grupos locais, observou-se que muitas delas destinadas ao mercado madeireiro têm usos distintos pela comunidade. No projeto implementado em Marabá/PA, por exemplo, na exploração em caráter experimental feita em 1997, metade das espécies selecionadas para extração apresentaram outros tipos de uso pela comunidade, além da importância para o mercado madeireiro (Quadro 8).

Quadro 8: Usos alternativos dados às espécies exploradas no projeto de Marabá, no verão de 1997.

Nome vulgar	Outros usos pela comunidade
Angelim vermelho	Combustível
Angelim rajado	Combustível
Jatobá	Medicinal
Louro	Atração de caça
Muiracatiara	Construções

Situação semelhante é encontrada em outros projetos madeireiros. Isso acontece porque, normalmente, os critérios de seleção de espécies a serem exploradas consideram tão somente aspectos ecológicos e de mercado, definidos pelos técnicos. A exploração destas espécies podem causar sérios impactos para as famílias envolvidas direta e indiretamente com as atividades de manejo, quer seja pela escassez para uso em construções e lenha, ou pelo impacto causado à fauna e, conseqüentemente, disponibilidade de proteína animal às famílias.

Nesse sentido, algumas medidas já estão sendo tomadas pelas pessoas envolvidas nos projetos. Em Marabá/PA espécies que têm valor no mercado como madeira foram proibidas de serem exploradas pelo uso não madeireiro exercido pela comunidade. No projeto implementado no Rio Cautário/Rondônia, algumas espécies que atraem caças foram proibidas de serem exploradas.

Embora existam exemplos de alguns avanços relativos em relação à decisão de que árvore sai do lote ou colocação para o mercado, a definição dos modelos técnicos de manejo deveria também reconhecer ao menos os diversos usos que a população local faz da floresta. Isso poderia ser um passo importante para considerar saberes e costumes locais na definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos. Essa interação de saberes poderia levar a práticas mais sustentáveis de utilização dos recursos florestais. Mas, como isso é possível? Como os planos de manejo estão sendo elaborados?

4.3 ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO FLORESTAL: OPORTUNIDADE PARA INTERAÇÃO DE SABERES E PARA MELHOR GESTÃO DOS RECURSOS FLORESTAIS AO NÍVEL LOCAL?

Para implementação dos planos de manejo os projetos buscam estabelecer parcerias diversas com instituições de pesquisa e ONG'S ambientalistas na tentativa de adaptar técnicas de manejo desenhadas para indústria à escala local.

Esses modelos têm sido definidos a partir de alguns aspectos técnicos, tais como características de cada floresta a ser manejada, objetivos do projeto, entre outros. Observa-se no geral uma seqüência de técnicas que buscam maior eficiência às operações de manejo. Primeiramente, antes da extração das árvores, são feitos o inventário florestal 100 % e o mapeamento das árvores a serem extraídas, bem como das estradas e pátios de estocagem. Em seguida, é feito o planejamento dos ramais de arraste e do local para onde as árvores devem ser derrubadas. Finalmente, é realizado o corte visando direcionar para onde as árvores devem cair, de modo que seja evitado afetar árvores indesejáveis (por exemplo, destinadas para segunda colheita, ou árvores com potencial não-madeireiro), e o arraste das toras.

No projeto de Marabá existe um plano de manejo aprovado pelo IBAMA e foi realizado aproveitamento de madeira em uma área de 10 ha, em caráter experimental. A elaboração do plano foi conduzida por técnicos da EMBRAPA Amazônia Oriental e não contou com a participação dos sócios envolvidos no projeto.

Para realização dos inventários florestais, a EMBRAPA utilizou seu identificador botânico. Essa classificação taxonômica feita por este profissional chegou até à família a qual a espécie pertencia. Em função da importância de alguns produtos não madeireiros utilizados pela comunidade, foi feito, também, um levantamento de ocorrência e produção das principais espécies (cacau e castanha do Brasil). A seleção das espécies a serem exploradas seguiu modelo definido pela EMBRAPA, classificando-as em: comerciais tolerantes, comerciais pioneiras, potenciais tolerantes e potenciais pioneiras.

No projeto implementado na reserva extrativista do Rio Cautário, um plano de manejo vem sendo executado há quatro anos. Houve uma exploração de 160 ha em 1998 e o projeto está em sua segunda exploração. Para realização do inventário, houve participação de um seringueiro, mas somente para identificação das espécies. Esse processo foi conduzido por técnicos da ECOPORÉ e da FUNTAC (Fundação de Tecnologia do Acre).

Assim como no projeto implementado em Marabá/PA, a seleção das espécies a serem exploradas na RESEX do Rio Cautário obedeceu a critérios técnicos definidos em trabalhos científicos. Essa classificação inclui espécies (I) com potencial para construção civil, movelaria, laminação e ferramentas, artigos de esporte, implementos e aplicações diversas; (II) espécies com usos diferentes do item I e (III) espécies sem descrição de uso.

No projeto implementado no PAE de Porto Dias, a equipe técnica do CTA foi a responsável pela elaboração do plano de manejo. Houve uma exploração e o plano de manejo foi aprovado em 1998 e desde o início tem uma perspectiva de uso múltiplo da

floresta. A elaboração do plano foi precedida de um levantamento etnobotânico e contou com a participação dos seringueiros na identificação das espécies. Houve uma exploração de 100 ha em 2000 e em 2001 o projeto estava realizando sua segunda exploração.

Embora tenha previsto maior participação dos seringueiros visando como utilização mais ampla dos recursos florestais, o modelo de manejo adotado pelo projeto também privilegiou critérios técnicos, definidos pelo CTA, com forte influência de modelos concebidos pelo INPA. A definição das espécies a serem comercializadas foi baseada em aspectos ecológicos (diâmetro das árvores, ocorrência da espécie, qualidade de fuste e tora, se a espécie servia como porta semente, etc.) e de mercado (aceitabilidade, preço).

4.3.1 Percepção dos técnicos sobre os saberes dos grupos locais envolvidos nos projetos

Os técnicos (engenheiros florestais, agrônomos, técnicos agrícolas e florestais) envolvidos na implementação de projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia são, em sua maioria, de fora da região. Aprenderam a trabalhar com manejo florestal através de orientação de outros técnicos, durante estágios de campo e acompanhamento de vistorias feitas pelo IBAMA, através da literatura existente sobre manejo florestal, disponibilizada em livros, artigos e manuais e, principalmente, em cursos promovidos pela FFT . Para todos eles, manejo florestal comunitário é uma novidade e o aprendizado tem acontecido somente junto às instituições que assessoram os grupos locais na implementação dos projetos.

As principais dificuldades apresentadas para trabalhar com o manejo comunitário são de adequação da legislação florestal à escala local; incorporação dos conhecimentos dos

grupos locais no modelo técnico de manejo; e falta de informações e parâmetros para adaptação de técnicas de manejo à escala local.

De fato, a legislação florestal é recente e instável e a implementação destes projetos é recente. Os técnicos argumentam que os planos de manejo devem ser “bem feitos”, portanto fortemente embasado em modelos estatísticos, e sua aprovação é que vai proporcionar o diálogo com os grupos locais para aproveitamento de suas florestas. Também, consideram como aspectos favoráveis à implementação dos projetos o domínio e a compreensão de algumas técnicas de manejo pelos grupos locais.

Para os técnicos, os grupos locais envolvidos nos projetos de manejo valorizam a existência de floresta em suas comunidades. No entanto, acham que ainda não têm total confiança em relação às atividades de manejo florestal. Para eles, isso acontece pela falta de resultados concretos oferecidos pelos projetos às comunidades.

A falta de resultados tem causado frustrações e entraves no relacionamento com os grupos locais e lideranças. Além disso, a herança de relações paternalistas criadas a partir da implementação anterior de outros projetos de desenvolvimento nas comunidades envolvidas com as atividades de manejo, proporciona dificuldades para realização das atividades de manejo, que além de investimento em mão-de-obra, é uma atividade que precisa ser realizada em período de estiagem, etc. Os técnicos apostam que os aspectos de sazonalidade, organização local em torno das ações de manejo e sua interação com as demais atividades de uso do solo tendem a ser superados, na medida que os ciclos completos – desde extração, até beneficiamento e comercialização – vão se repetindo a cada ano.

Em relação ao conhecimento sobre manejo florestal, os técnicos consideram que os grupos locais conhecem bem suas florestas, através do comportamento de algumas espécies

que utilizam e distribuição da rede hidrográfica nas áreas de manejo. Também consideram estes aspectos como ingredientes importantes para efeitos de planejamento da exploração florestal, definição dos modelos técnicos de manejo e de indicadores para monitoramento e avaliação de impacto ao nível local.

Embora reconheçam que as práticas adotadas pelos grupos locais poderiam potencializar os modelos de manejo adotados pelos projetos, esse processo não está acontecendo. Como que essa interação de saberes locais com o conhecimento técnico-científico poderia potencializar os modelos de manejo adotados pelos projetos?

4.3.2 O aproveitamento das práticas dos grupos locais para definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos

Os sistemas locais de utilização dos recursos naturais têm provado serem eficazes na manutenção do patrimônio natural em varias regiões da América (Chapela & Lara, 1996). No entanto, o aproveitamento destas práticas locais para definir melhor forma de utilização dos recursos florestais tem sido negligenciado por técnicos e pesquisadores, dado a ênfase nos aspectos financeiros e ecológicos definidos por grupos locais e lideranças ligadas à implementação de projetos de manejo florestal comunitário.

No caso dos projetos estudados, os grupos locais demonstraram conhecer as atividades de manejo estabelecidas pelos técnicos. Isso acontece porque antes da implementação dos projetos, os moradores das comunidades praticavam (e praticam) diversas “outras” formas de manejo. Os usos atribuídos às espécies para diversos fins podem ser uma forma de manejo, totalmente desconhecida e ignorada pelos técnicos que acompanham estas experiências. Essas práticas poderiam ser potencializadas na definição

dos modelos técnicos de manejo, pois em alguns casos se assemelham com as técnicas de manejo implementadas pelos projetos.

No geral, os grupos locais consideram o inventário florestal como a atividade mais fácil de ser implementada. O inventário florestal é a ferramenta que promove a informação básica e necessária para ordenar e manejar a floresta, sendo uma das primeiras atividades a serem desenvolvidas em projetos de manejo florestal. Dado este caráter inicial para discussão sobre o potencial florestal existente na comunidade, a valorização dos saberes locais torna-se muito importante para que os grupos locais se apropriem do projeto.

A convivência estreita com os recursos florestais proporciona facilidade para conhecerem as espécies. Entre os seringueiros, essa atividade se assemelha muito em “abrir” seringal. Esse procedimento era praticado para definir áreas com potencial de seringa na época da exploração por seringalistas, conforme depoimento de um seringueiro:

O inventário é igual a abrir seringal. Na época do patrão, era chamado um identificador daqui mesmo da reserva para delimitar um seringal. Nessa atividade, uma pessoa mais velha daqui, que conhece melhor a floresta, entra na mata, identifica as árvores e o potencial da área para ser um seringal. Hoje em dia, isso é feito para definir novas colocações (seringueiro do Rio Cautário, 2001).

Outra importância do reconhecimento dos saberes de grupos locais na atividade de inventário florestal reside no conhecimento sobre a rede hidrográfica das áreas a serem manejadas. Durante a realização do inventário, esse tipo de informação pode ser fundamental para definição de espécies a serem destinadas à exploração, pois em muitos casos pequenos córregos podem estar totalmente secos e encobertos por folhas e galhadas durante período de estiagem. Entre os critérios de sustentabilidade ecológica adotado pelos projetos (e mesmo pela legislação florestal) a retirada de árvores nestas áreas é proibida.

A ausência desse tipo de informação inviabilizou aproveitamento de várias espécies, em percurso feito no projeto implementado no Acre, durante atividades de campo da pesquisa. A participação mais ativa dos moradores, e proprietários dos recursos naturais, tanto no inventário como no planejamento da exploração, poderia evitar incidente (prejuízos) dessa natureza.

O inventário florestal também qualifica e quantifica a floresta a ser manejada. O envolvimento dos grupos locais nessa atividade pode proporcionar maior valorização da floresta e evitar comercialização de espécies pelos grupos locais, quando abordados por companhias madeireiras.

Em áreas onde essa relação acontece com maior intensidade, como nas em regiões de fronteiras habitadas por colonos (projeto de Marabá/PA), os sócios envolvidos com as atividades de manejo não venderam mais madeira. Embora vários outros aspectos possam estar relacionados com esse comportamento (como por exemplo, disponibilidade de áreas de capoeiras para plantarem suas culturas de subsistência e a própria escassez de mata), uma justificativa apresentada pelos moradores é a valorização de suas florestas.

Outros conhecimentos a partir das práticas locais poderiam, igualmente, estar sendo aproveitadas na definição dos modelos técnicos adotados pelos projetos, tais como dispersão e autoecologia das espécies. A interação desses saberes poderia ajudar na caracterização do impacto que as atividades de manejo eventualmente causam sobre as espécies exploradas não só nos lotes ou colocações das famílias diretamente envolvidas, mas para as áreas de floresta de toda comunidade ou para o conjunto da RESEX. A simples participação dos grupos locais na definição das áreas a serem manejadas a partir de mapas de uso e disponibilidade de recursos, produzidos pela própria comunidade, poderia trazer grande contribuição sobre esse aspecto.

O aprimoramento dessas práticas e saberes locais a partir dos diferentes usos, caracterização e valoração das espécies a serem manejadas, bem como na definição das áreas de manejo dentro das comunidades, poderiam se tornar ferramentas importantíssimas para melhor gestão dos recursos naturais ao nível local. Este processo constitui-se em um verdadeiro exercício interdisciplinar com o envolvimento tanto de pessoas ligadas às ciências naturais quanto sociais, com a participação efetiva dos grupos locais inseridos nos projetos.

4.4 CONCLUSÕES

Os modelos de manejo têm sido definidos por pacotes tecnológicos desenvolvidos fora da comunidade. Embora estes tipos de iniciativas externas possam gerar, em alguns casos, experiências interessantes para impulsionar o manejo florestal comunitário apresentam alguns obstáculos a serem superados, tais como: (I) os projetos chegam com ofertas externas, que nem sempre são ajustadas às necessidades da comunidade; (II) a participação da comunidade no processo de tomada de decisão sobre o manejo do recurso é limitada.

A mobilização das práticas – e saberes – dos grupos locais na definição dos modelos técnicos de manejo florestal envolve uma série de aspectos que vão muito além de simplesmente introduzir formas “mais participativas” de intervenção. Para tanto, torna-se importante a compreensão dos saberes e das formas de organização social local (Veiga, 2002). Estes elementos são particularmente importantes para as ONG’S que apóiam a implementação dos projetos. A falta de compreensão dessa dimensão social na implementação dos modelos de manejo foi revelada na opinião dos técnicos envolvidos

com as atividades de manejo. A busca pelo diálogo entre os saberes é algo ainda a ser buscado pelos projetos.

Parte dos pacotes tecnológicos desenhados não são absorvidos pelos grupos locais envolvidos nos projetos. Além disso, os planos de manejo são elaborados a partir de regras (acadêmicas) rígidas que não permitem o acesso a pessoas leigas. Dessa forma, os donos dos recursos florestais não são incorporados no processo de elaboração dos planos de manejo.

A definição dos modelos técnicos de manejo deve ser suficientemente flexível para incorporar as comunidades no processo de formulação de planejamento, ordenamento e manejo dos recursos. A base para justificar essa mudança parte do reconhecimento e respeito para com os saberes e aspirações dos donos dos recursos, geralmente ignorados pelos técnicos. Esse processo poderia se dar aos poucos, valorizando seus conhecimentos em atividades onde a interação de saberes pode ser facilmente desenvolvida (ex.: inventários florestais), potencializando outras formas de manejo existentes nas comunidades antes da chegada dos projetos etc.

5. PERCEPÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS SOBRE AS AÇÕES DOS PROJETOS NAS COMUNIDADES

Neste capítulo, pretende-se identificar como que as atividades de manejo se inserem no modo de vida das populações envolvidas com a implementação dos projetos. A partir dos diferentes modelos de implementação das atividades de manejo florestal, será analisada a influência que o projeto tem exercido sobre o modo de vida dos grupos locais, bem como as opiniões das populações envolvidas nos projetos, a contribuição das atividades de manejo para conservação dos recursos naturais ao nível local e para a melhoria da

qualidade de vida dos grupos envolvidos e levantamento dos aspectos positivos e negativos nos projetos identificados pelos grupos locais envolvidos. Também, serão levantadas as opiniões dos moradores não-envolvidos diretamente nas atividades dos projetos. A partir destes ingredientes, propõe-se caracterizar a percepção que os grupos locais têm sobre as atividades de manejo florestal nas comunidades.

5.1 A CHEGADA DOS PROJETOS E OS ARRANJOS NAS COMUNIDADES

Os projetos de manejo florestal implementados na Amazônia têm em comum objetivos de melhoramento das condições de vida das populações locais, através da integração das atividades de manejo florestal nos sistemas de produção praticados pelos grupos locais, mais precisamente no subsistema extrativista. O compromisso assumido pelos grupos locais no processo de discussão e de implementação dos projetos implica em arranjos de dimensões territorial e espacial importantes, mas que podem estar ausentes no diálogo com os grupos locais em detrimento de discussões consideradas mais estratégicas por entidades de apoio – e às vezes impostas por agências de financiamento – como por exemplo, beneficiamento e comercialização de produtos florestais.

Como foi discutido no Capítulo 2, colonos e seringueiros estabelecem, por razões sócio-econômica e histórico-culturais, relações diferenciadas com os recursos florestais. A forma como utilizam o espaço é fruto de práticas orientadas por estratégias próprias que têm razões suas de existir. Ao discutirem a implementação de um projeto de manejo florestal, um aspecto importante do ponto de vista técnico é a necessidade de contigüidade de superfícies de floresta, tanto dos lotes dos colonos, como das colocações dos seringueiros. Esse fator proporciona melhor planejamento das ações de manejo, mas

também proteção contra fogo, conservação de fontes de água, reprodução de espécies florestais, etc (Albaladejo e Veiga, 1997).

Porém, essa disponibilidade de áreas de florestas contíguas pode ser comprometida, tanto por razões de ordem prática – por exemplo, a simples inexistência de cobertura vegetal neste arranjo espacial, principalmente em lotes de colonos onde a dinâmica de abertura obedece a uma lógica própria estabelecida por cada família – mas também segundo funcionamento de cada grupo local. Assim, os projetos podem ter participantes pessoas cujas florestas estejam localizadas a vários quilômetros de distância, mas que contam com a confiança do grupo que participa. Por outro lado, pode ocorrer o fato de existir essa situação de disponibilidade de florestas contíguas, mas estes moradores serem excluídos dos projetos pelo simples fato de não pertencerem ao grupo (Veiga & Albaladejo, 1997).

Quanto aos arranjos espaciais coletivos ou individuais, estão mais relacionados à gestão que cada colono ou seringueiro realiza em seu lote ou colocação. Como já foi discutido, esta gestão está mais relacionada à disponibilidade de mão-de-obra, que por sua vez influencia na dinâmica de abertura, do que por exemplo a obediência à legislação.

No entanto, assim como no caso de colonos como nos projetos implementados envolvendo seringueiro no Acre, existe a preferência pelo modelo individual. As justificativas apresentadas pelos grupos locais são de que neste arranjo é possível exercer maior controle sobre os sócios. Além disso, no modelo coletivo a desistência de um membro do projeto implica em prejuízos para todos, enquanto que no modelo individual esse prejuízo é menor e pode ser reparado mais facilmente.

5.2 OPINIÃO DOS GRUPOS LOCAIS SOBRE OS PROJETOS DE MANEJO

Procurou-se identificar como que as ações dos projetos estavam contribuindo para conservação dos recursos florestais ao nível local, bem como para melhoria da qualidade de vida dos grupos direta e indiretamente envolvidos com as atividades de manejo nas comunidades estudadas.

Em relação à contribuição do manejo para conservação dos recursos florestais, os colonos e seringueiros envolvidos nos projetos agruparam suas respostas em: (I) aspectos técnicos, que seriam as práticas de manejo contribuindo para uma intervenção de baixo impacto na floresta; (II) diminuição do desmatamento ocasionado pela influência direta (sobre os recursos florestais dos sócios dos projetos, que estariam, mesmo que parcialmente, comprometidos para o manejo), e indireta (influenciando não-sócios, pela maior valorização de seus recursos florestais) das atividades de manejo; (III) aprendizado local adquirido com os treinamentos em manejo oferecidos pelos projetos e (IV) aumento da fiscalização pelos órgãos de controle ambiental, inibindo práticas ilegais de utilização dos recursos florestais na comunidade.

A figura 4 ilustra o resultado dessas opiniões em cada projeto. Os agricultores que participam do projeto implementado em Marabá consideram que aspectos técnicos do manejo têm contribuído mais para conservação dos recursos florestais. Isso pode estar relacionado ao fato da importância da floresta como fonte de nutrientes (De Reynal et al., 1995) para implantação de seus sistemas de produção o que leva à maior pressão sobre os recursos florestais. O aprendizado adquirido com algumas técnicas de manejo florestal também tem contribuído para potencializar manejo já realizado por eles, principalmente na seleção de espécies na ocasião das aberturas para desmatamento (como por exemplo uso de

cunha para direcionamento de queda), aceiros, usando equipamento do projeto para proteção contra fogo acidental, etc.

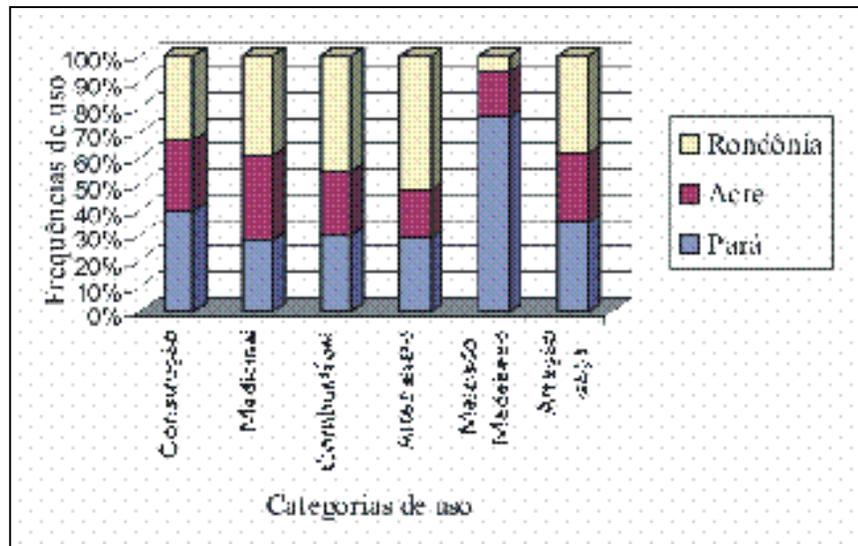


Figura 04: Influências dos projetos para conservação da floresta na opinião dos grupos locais

Os aspectos técnicos são também enfatizados pelos colonos em função do uso da área de Reserva Legal, atualmente exigida para obtenção de crédito bancário. A proposta de manejo começa a ter influência em uma discussão feita por lideranças com o governo que prevê desconto no pagamento de crédito pelos agricultores que adotarem práticas que evitem degradação ambiental.

Em relação aos projetos implementados no Acre e Rondônia, envolvendo seringueiros, o aumento da fiscalização nas reservas tem sido apontado como maior influência dos projetos para conservação dos recursos florestais. Isso se deve ao fato de maior preocupação com a floresta, pela forte dependência que estes grupos têm com o extrativismo, bem como pelas lutas históricas de reconhecimento das populações extrativistas para o uso dos recursos naturais.

No entanto, a diminuição do desmatamento não é enfatizada como impacto direto exercido pelos projetos, tanto para colonos como para seringueiros. Isso se deve ao fato do tempo de implementação dos projetos e operacionalização das atividades de manejo. Se por um lado os projetos têm, em média oito anos de existência, as atividades de extração, beneficiamento e comercialização (quando implementadas) aconteceram somente a partir de 1999-2000. Esse tempo ainda não é necessário para que as práticas de manejo influenciem sobre as práticas das populações envolvidas e diminuição do desmatamento ao nível local. Ao lado disso, o não envolvimento de todos nas comunidades onde os projetos estão sendo implementados pode explicar em parte essa tendência (Muchagata & Amaral Neto, 2000).

Sobre a contribuição dos projetos para melhoria da qualidade de vida, as razões apresentadas pelos participantes dos projetos se repetem, independentemente do tipo de população envolvida. Os principais ingredientes relacionados à melhoria de qualidade de vida proporcionados pelos projetos na opinião dos grupos locais foram benefícios em infraestrutura e capacitação à comunidade.

Nos projetos de Rondônia e Marabá madeira oriunda da área de manejo, ou de desmatamento para fins agrícolas, foi beneficiada para construção de casas, cercas, pontes, etc. Essa oportunidade de melhorar as condições de moradia através do projeto certamente constitui-se em grande motivação dos grupos locais a participarem dos projetos. Além disso, estradas, um dos principais entraves para o escoamento da produção, foram construídas nas comunidades através dos projetos de manejo. Esse foi o caso em Rondônia e no Acre, onde além de facilitar o acesso ao centro consumidor, possibilitou às famílias facilidade em saúde e outros serviços existentes na cidade.

5.3 PERCEPÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DOS PROJETOS

Foram levantadas as opiniões dos grupos locais sobre os projetos, identificando seus aspectos positivos e negativos, identificando os fatores internos e externos aos projetos que justificassem as respostas.

5.3.1 Aspectos positivos dos projetos na opinião dos grupos locais

As respostas dadas sobre os aspectos positivos se dividiram em: (I) treinamentos oferecidos à comunidade; (II) eficiência do modelo técnico de manejo e (III) aprendizado que os sócios dos projetos adquiriram não somente nos aspectos técnicos do manejo, mas também em gerenciamento de empreendimentos.

Como foi visto no Capítulo 3, a forma de participação está relacionada ao modelo de intervenção adotado em cada projeto e isto por sua vez influencia na implementação das atividades de manejo. Portanto, as categorias de respostas atribuídas pelos diferentes grupos envolvidos na implementação dos projetos contemplam, necessariamente, a especificidades de cada projeto.

No projeto em Marabá, os agricultores participam de todas as atividades do plano de manejo, até o beneficiamento da madeira ao nível local. O aspecto de aprendizado enfatizado nas respostas destes agricultores reforça o fato de que eles têm participado na implementação do plano de manejo, além de que esses conhecimentos adquiridos com os aspectos técnicos podem estar sendo mobilizados para realização de outras atividades que eles praticam.

No projeto em Rondônia, os seringueiros participam somente das atividades de beneficiamento ao nível local. Daí o fato deles identificarem somente os treinamentos -

oferecidos, principalmente, para manuseio da serraria – como aspectos positivos nos projetos. No caso do projeto implementado no Acre, os treinamentos e o modelo técnico de manejo reforça que os seringueiros, além de receberem treinamentos, participam realizando as etapas de manejo.

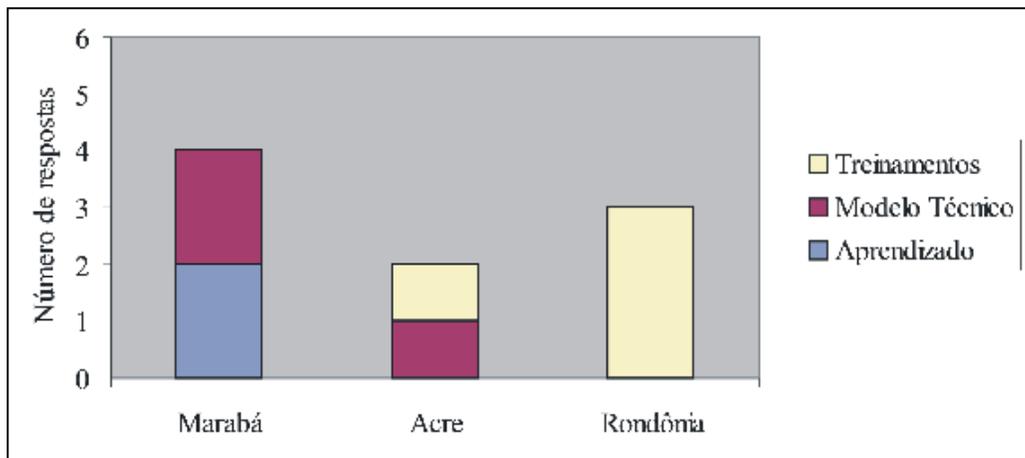


Figura 5: Aspectos positivos dos projetos na opinião dos grupos locais

5.3.2 Aspectos que não funcionam bem nos projetos na opinião dos grupos locais

Em relação aos aspectos negativos sobre a implementação dos planos de manejo, as respostas dos grupos locais se dividiram em: (I) excesso de burocracia, que retarda a implementação dos projetos; (II) equipamentos inadequados, utilizados tanto nas atividades de manejo, como no beneficiamento ao nível local; (III) fragilidade na participação dos grupos locais na implementação do projeto e (IV) dificuldades em adequar a madeira produzida pela comunidade às exigências de mercado (Figura 6).

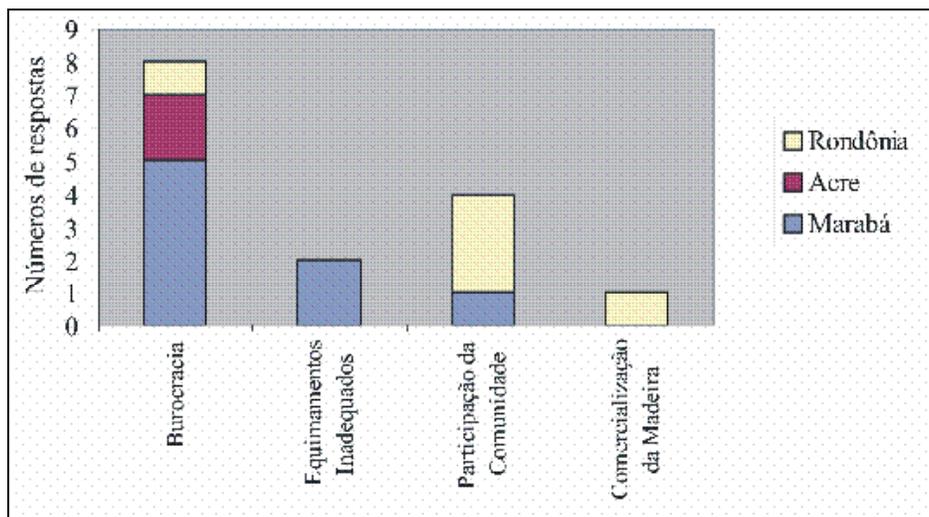


Figura 06: Aspectos que não funcionam bem nos projetos na opinião dos grupos locais

5.3.3 Excesso de burocracia para aprovação dos planos de manejo

Em todos os projetos, os problemas burocráticos para aprovação dos planos de manejo constituíram-se no principal fator negativo apontado pelos grupos locais para a implementação das ações de manejo. Para melhor compreender este processo, é importante resgatar aspectos históricos e conceituais de manejo florestal e sua evolução para regulamentação de manejo florestal comunitário.

5.3.3.1 Os ajustes necessários na legislação florestal

O manejo florestal, de acordo com o Decreto N° 1282/94 do IBAMA que disciplina a exploração das florestas nativas para a bacia amazônica entende que “o manejo florestal sustentável é a administração da floresta para obtenção de benefícios econômicos e sociais, respeitando-se os mecanismos sustentação do ecossistema objeto do manejo” (Lopes, 2000). Na prática, os planos de manejo para obtenção de produtos madeireiros e não-madeireiros devem conter requisitos de uma exploração planejada, tratamentos

silviculturais e monitoramento da floresta, a fim que se possa permitir sua regeneração e produção contínua (Amaral, 1999).

As exigências técnicas relativas ao manejo florestal antes, durante e depois da exploração restringiam-se à indústria. Além disso, alguns procedimentos administrativos para aprovação de planos de manejo comunitários eram difíceis de ser atendidos pelos projetos de manejo florestal comunitário, principalmente no que diz respeito à comprovação de justa posse das unidades a serem manejadas. Diante da falta de critérios técnicos e administrativos as análises dos projetos eram paralisadas e a tramitação ocorria em longos períodos, chegando a 2,5 anos para um projeto ser aprovado.

Os projetos de manejo florestais praticados por comunidades têm crescido em escala exponencial e junto com eles pressão para adequação da legislação florestal em vigor às especificidades locais, tanto em seus aspectos técnicos (ex.: arraste das toras feitas por animais ou equipamentos agrícolas adaptados às atividades florestais), como nos aspectos burocráticos. Como a maioria desses projetos tem aporte financeiro do PPG7 e outras importantes agências financiadoras como DFID, CNPq, WWF e Comunidade Econômica Européia (Amaral & Amaral Neto, 2000), estes problemas logo chegaram à Brasília, tendo como principal canal de interlocução o próprio Ministério do Meio Ambiente, administrador dos recursos do PPG7.

Em abril de 1998 com apoio de ONG's ambientalistas foi realizada em Plácido de Castro, Acre, a primeira oficina de manejo florestal comunitário da Amazônia. Este evento significou um marco no processo de manejo florestal praticado por comunidades, reunindo pela primeira vez representantes dos projetos (técnicos e membros das comunidades), para discutirem problemas comuns que afetavam a implementação dos projetos. Além disso, estavam presentes representantes do governo, entre eles uns diretores do Departamento de

Recursos Florestais do IBAMA, responsável pela elaboração e revisão de normas para o manejo florestal.

O principal desdobramento desse processo de articulação interinstitucional foi a edição pelo IBAMA das Instruções Normativas 4, 5 e 6 de dezembro de 1998. Estas medidas promoveram inovação na legislação florestal permitindo que comunidades pudessem se reunir e realizar exploração florestal através de mecanismos específicos de manejo. Na prática, essas medidas flexibilizaram a legislação florestal, limitando área das unidades de manejo para exploração anual e permitindo com que associações ou legítimos possuidores de glebas rurais passassem a submeter planos de manejo.

A regulamentação dos procedimentos administrativos e o grau de flexibilidade dessa media ainda são objeto de discussão e controvérsia entre IBAMA e ONG's. No entanto, o que permeia como principal dúvida neste processo recente na Amazônia, é de que manejo necessariamente se fala, quando é usado o termo manejo florestal comunitário?

5.3.3.2 Uma diferenciação importante: manejo florestal e manejo florestal comunitário

As dificuldades relacionadas ao tratamento que a legislação florestal brasileira daria ao manejo florestal comunitário estão diretamente relacionadas à dificuldade em definir características desta atividade. Como o manejo florestal foi concebido para fins comerciais, é definido classicamente como “aplicação de métodos empresariais e princípios técnicos na operação de uma propriedade florestal” (Silva, 1996).

Ao estabelecer normas para o manejo florestal comunitário o IBAMA considerou este tipo de manejo como “o manejo praticado de forma comunitária,, por intermédio de associações de proprietários ou legítimos possuidores de glebas rurais com área de até 500 ha. Esta exploração deve ser ainda realizada por um único plano de manejo florestal

“simplificado” que aglutine glebas individuais, respeitando o limite máximo de 500 ha anualmente manejados” (Lopes, 2000).

Essas definições ignoram uma longa tradição que muitas comunidades rurais têm com o manejo florestal. O princípio empresarial e a simplificação na delimitação de área das normas técnicas escondem o fato de que além desses grupos locais assumirem responsabilidades no manejo dos recursos florestais o exercício dessas práticas envolve esforços cooperativos ou coletivos pelos membros da comunidade. Dessa forma, as comunidades envolvidas com o manejo têm armazenado estoque considerável de sabedoria, conhecimento e habilidades práticas (Ritchie et al., 2001).

Uma diferença fundamental do manejo praticado por comunidades daquele com visão puramente econômica ou industrial, reside no fato de que as comunidades têm uma dependência mais direta das florestas e por isso estabelecem relações diferenciadas como um lugar para satisfazer suas necessidades físicas, sociais, econômicas (Ritchie et al., 2001). O manejo florestal comunitário é visto pelos grupos locais como uma prática, integrante do subsistema extrativista, que se relaciona com as demais atividades de uso do solo realizadas pelas famílias de colonos ou seringueiros que inclui ainda sistemas de cultivo e criação.

Embora essa caracterização pareça simples, é justamente a complexidade de relacionar a extração de madeira com as demais atividades praticadas por estas populações que tem dificultado as análises dos planos de manejo pelos técnicos do IBAMA.

5.4 A PARTICIPAÇÃO DOS GRUPOS LOCAIS NA IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO

A qualidade da participação dos grupos locais aparece como o segundo principal fator negativo à implementação dos projetos na opinião dos grupos locais. Esse aspecto foi identificado, principalmente, no projeto de Rondônia, mas também em Marabá.

No caso do projeto em Rondônia, isso se deve principalmente ao pagamento de diárias aos seringueiros para executarem para participarem do projeto. Este tipo de procedimento adotado em projetos de desenvolvimento pode gerar os problemas abordados no Capítulo 3, mas também sérios conflitos internos nos projetos, na medida que esse pagamento de diárias privilegia determinados grupos na comunidade, reforçando relações de dominação local.

Neste projeto, por se tratar de Reserva Extrativista, os benefícios procuram atender ao conjunto dos moradores da reserva, uma vez que o recurso explorado é de uso comum. Neste caso, o lucro oriundo do projeto prevê um percentual (25 %) para investimento em infra-estrutura local com o objetivo de beneficiar grupos de não-envolvidos nas ações de manejo. No entanto, como o projeto ainda está comercializando os primeiros talhões de madeira, os recursos ainda não estão atendendo os demais moradores da reserva. Isso tem gerado constrangimentos e coloca em risco sua sustentabilidade social e ambiental, principalmente porque outras possibilidades, inclusive o acesso a companhias madeireiras, continua aberto para quem não participa diretamente das atividades do projeto.

A ameaça da sustentabilidade ambiental, decorrente da não participação de todos os membros da comunidade é maior no projeto implementado em Marabá. Em função das práticas de uso do solo, os desmatamentos, ou pouco controle do fogo, feitos próximo das áreas destinadas ao manejo podem representar ameaças concretas à conservação produtiva

de áreas florestadas nas comunidades (Muchagata & Amaral Neto, 2000). Este exemplo foi especialmente vivenciado neste projeto, onde áreas de florestas destinadas ao projeto previamente inventariadas e planejadas para exploração, foram descartadas para manejo em função de queimadas acidentais.

5.5 OPINIÃO DE MORADORES QUE NÃO FAZEM PARTE DOS PROJETOS

Foram levantadas opiniões de moradores que não participam diretamente das atividades dos projetos nas comunidades. As informações procuram identificar: (I) se o projeto tem contribuído para conservação dos recursos florestais ao nível local; (II) se participaram em algum fórum na comunidade (ou fora dela) que discutisse as ações do projeto e que tipo de informação detém sobre as atividades e (III) percepção deles sobre a realização dos projetos na comunidade.

5.5.1 Contribuição dos projetos para conservação dos recursos florestais ao nível local

Sobre a contribuição do projeto para conservação dos recursos florestais, as opiniões dos moradores que não participam diretamente das atividades de manejo apresentaram-se diferenciadas entre colonos e seringueiros. A opinião dos colonos expressa indiferença, em função da reduzida disponibilidade de recursos florestais na comunidade. As áreas de desmatamento tendem a seguir a dinâmica natural de abertura nos lotes, principalmente porque a venda de madeira é quase que inexistente.

No entanto, essa situação poderia ser diferente caso houvesse disponibilidade de mata. Ou seja, a ausência de uma estratégia clara de envolvimento de todos ao nível local pode colocar em risco a sustentabilidade ecológica dos projetos, pois apenas manchas de

florestas estariam sendo manejadas. Neste cenário o manejo não estaria cumprindo suas funções ecológicas, pois a sustentabilidade das espécies manejadas não estaria garantida.

Por outro lado, os não-participantes entre os projetos envolvendo seringueiros apresentaram pontos de vistas diferentes sobre os projetos em relação aos colonos. Para eles, mesmo não estando participando diretamente das ações dos projetos, as ações de manejo ao nível local têm contribuído para conservação dos recursos florestais, tanto pelo aumento de fiscalização nas reservas como pelo fato do projeto proporcionar certo controle a invasões.

Este sentimento não difere dos seringueiros que participam das atividades de manejo e reforça as relações históricas de conquistas e reconhecimento para utilização dos recursos naturais entre os seringueiros. Especificamente no caso de Rondônia, este sentimento é reforçado pelo fato da exploração em áreas contíguas comuns, entre todos os moradores da reserva. Ou seja, mesmo não participando diretamente das ações de manejo, estes seringueiros se sentem participantes do projeto.

Outro aspecto a ser considerado entre os seringueiros é o fato deles apostarem, mesmo que indiretamente, nas ações dos projetos considerando a rentabilidade do trabalho com a madeira em relação à borracha.

5.5.2 Participação de moradores não envolvidos nas ações dos projetos e informações que detém sobre as ações de manejo ao nível local

Os moradores não envolvidos diretamente nas atividades dos projetos, geralmente, participam de reuniões na comunidade que discutem as ações dos projetos. Os temas discutidos nessas reuniões foram: resolução de conflitos (principalmente com madeireiros), divisão de benefícios, aquisição de equipamentos, etc. Ainda não existe entre os projetos,

especialmente entre os grupos locais envolvidos, estratégias de envolvimento dos demais membros da comunidade.

Essa falta de estratégia para envolvimento de todos ao nível local justifica o tipo de informação que os demais moradores das comunidades onde as ações de manejo estão sendo implementadas têm sobre os projetos. Ao serem perguntados sobre as atividades que os projetos desenvolvem nas comunidades, os não-envolvidos nos projetos responderam que as ações procuravam controlar a exploração madeireira na comunidade, bem como que alguns moradores passariam a ganhar dinheiro com a atividade madeireira através da instalação serraria nas comunidades.

De um modo geral, os não-participantes dos projetos nas comunidades declararam não participar do projeto por falta de entendimento sobre as ações de manejo desenvolvidas. Além disso, nas reuniões em que participam onde se discute sobre o projeto os temas são bastante específicos e relacionados ao funcionamento interno do projeto.

Observou-se que além desses aspectos, as discussões iniciais sobre a implementação dos projetos privilegiaram contatos com lideranças mais próximas das ONG's que assessoram os projetos.

5.5.3 Percepção sobre a implementação dos projetos

As opiniões dos moradores que não participam diretamente das atividades dos projetos nas comunidades revelam que os resultados obtidos com as ações de manejo nas comunidades ainda são incipientes e de alcance reduzido. Essa situação ainda é mais constrangedora no projeto implementado por seringueiros em reserva extrativista, pois os benefícios, necessariamente, deveriam estar atendendo a todos os moradores da reserva.

Essa falta de resultado em curto prazo pode ser determinante para as relações que os grupos locais, direta e indiretamente envolvidos com o projeto, possam estabelecer com os recursos florestais ao nível local. Entre os colonos que não participam são menos conflituosas que seringueiros que não participam. Os primeiros ainda sentem que o projeto, se acontecer (venda da madeira), pode ser uma alternativa interessante para a comunidade e que podem entrar no projeto, disponibilizando áreas de florestas, no futuro. No entanto, entre os seringueiros as áreas de florestas administradas no momento oferecem o mesmo risco para grupos de envolvidos e não-envolvidos, o que inviabiliza essa postura de “expectadores”.

5.6. CONCLUSÃO

Os grupos locais têm formas próprias de utilização dos recursos naturais. Este aspecto deve ser considerado na definição de modelos técnicos de manejo, principalmente quando existe a necessidade de arranjos espaciais e territoriais. Estes ajustes trazem por trás aspectos sociais que podem reforçar diferenças e conflitos internos nas comunidades onde os projetos de manejo são implementados. Normalmente, essas discussões não têm sido feitas nas fases iniciais dos projetos.

Os projetos têm trazido benefícios em termos de infra-estrutura importantes para as comunidades, tais como estradas, construção de casas para sócios, etc. No entanto, o alcance é limitado desses benefícios, somente para grupos diretamente envolvidos com os projetos, pode gerar conflitos internos nas comunidades considerando interesses dos grupos que não participam diretamente das atividades dos projetos. Além disso, benefícios restritos a certos grupos podem, também reforçar desigualdades entre os diferentes grupos nas comunidades.

Os não participantes estão tendo, no geral, uma postura de espectadores em relação aos resultados dos projetos, mas reclamam de falta de resultados e alcance reduzido dos benefícios gerados. Além disso, ainda é ausente nos projetos estratégia clara de envolvimento dos diferentes grupos sociais existentes nas comunidades, bem como discussão sobre outras dimensões do manejo que não seja restrita a seus aspectos ecológicos-financeiros.

Os treinamentos e o aprendizado adquiridos com o projeto têm sido reconhecidos pelos grupos locais. Esse aprendizado, normalmente, vai além dos aspectos técnicos de manejo e tem fortalecido tanto outras atividades produtivas (como aprimoramento em técnicas de derruba, maior controle de fogo acidental, etc.) como também aspectos gerenciais e fortalecimento de organizações nas comunidades.

Os principais aspectos negativos relacionados à implementação dos projetos apresentados por seus participantes foram o excesso de burocracia e pouca participação dos grupos locais. Em relação aos aspectos burocráticos, houve avanços na legislação que favorecem as atividades de manejo florestal comunitário. Em relação à participação dos grupos locais nos projetos, as estruturas adotadas pelos projetos são determinantes para democratizar o acesso dos grupos locais aos projetos, principalmente no processo decisório.

6. CONCLUSÕES GERAIS

A implementação de projetos de manejo florestal comunitário na Amazônia é recente e está ainda em fase experimental, considerado a processos semelhantes ocorridos em outras regiões da América Latina. No entanto, este processo não tem tirado lições deste e outros projetos de desenvolvimento rural. Nesse sentido, alguns anos ainda tornam-se necessários para que os projetos de manejo florestal comunitário possam tratar de forma

mais democrática a questão da participação dos grupos locais e valorização de saberes locais na definição dos modelos de manejo adotados pelos projetos. Mas, não só isso, é preciso que comunidades, entidades de apoio e governo passem a discutir conjuntamente este processo.

Dado o caráter de pioneirismo destes projetos, os grupos locais ainda estão avaliando os benefícios concretos diretos, principalmente infra-estrutura local, mas também considerando que o projeto pode se tornar uma alternativa para conservação de seus recursos florestais, seja por assegurar faixas de florestas em áreas de reserva legal no caso de colonos, seja por proteger a floresta através de mecanismos legais, no caso de seringueiros.

Do ponto de vista da gestão dos recursos naturais ao nível local e sua relação com as atividades do projeto verificou-se que implantação de projetos de manejo florestal comunitário tem significado diferente para colonos e seringueiros, em função das diferentes formas de gestão dos recursos praticadas pelas populações envolvidas.

No caso dos colonos de Marabá, a reduzida disponibilidade de floresta e a forma individualizada de utilização do espaço constituem em desafios para definições de modelos técnicos que assegure sustentabilidade em manejar “fragmentos de florestas”. Além disso, o projeto de manejo tem que se tornar uma atividade competitiva, frente às outras atividades de uso do solo para que a floresta seja maior valorizada.

Em relação aos seringueiros, a disponibilidade de uso de áreas contíguas possibilita maior facilidade para prática de manejo. Além disso, a relação que os seringueiros têm com a floresta, com ênfase em produtos não-madeireiros (coleta de castanha e extração de látex, uso de sementes, etc.) é um ingrediente importante a ser considerado para implementação de projetos de manejo.

Nesse sentido, recomenda-se que a implementação de projetos de manejo considere essas peculiaridades e inicie com atividades que possam fortalecer essas práticas e características diferenciadas. No caso dos seringueiros, seria mais oportuno começar com projetos que privilegiasse produtos florestais não madeireiros. Para colonos, pelas características apresentadas de utilização do uso do solo, pressão de madeireiros, etc. os projetos devem começar com madeira.

Sobre a participação dos grupos locais na implementação dos projetos de manejo, constatou-se que estes têm sido mobilizados principalmente para operacionalizar as etapas de manejo. No entanto, estes projetos, também, têm sido um aprendizado para os grupos locais envolvidos, mas não só a eles. As equipes técnicas envolvidas nos projetos também estão passando por um rico aprendizado. O principal deles é justamente considerar a possibilidade de uma exploração florestal praticado por comunidades, coisa que os técnicos ainda não conheciam nem em experiências profissionais anteriores, ou em disciplinas recebidas durante a formação.

Em relação aos grupos locais, nos projetos no Pará e Acre, estão realizando inventários florestais. Embora seja uma atividade parcialmente dominada por eles, o fato de quantificarem os recursos florestais existentes em suas áreas tem levado a uma maior valorização da mata. No caso do projeto do Pará, colonos ligados ao projeto deixaram de vender madeira aos madeireiros. Outro aprendizado contabilizado é a oportunidade de realizarem uma exploração de baixo impacto. Os conhecimentos adquiridos com esta operação têm sido aplicados além da exploração de madeira sustentada. Maiores cuidados com a proteção da floresta ao abrirem áreas para plantios e possibilitar discussão sobre planejamento do lote como um todo, são alguns exemplos que podem ser citados.

Por outro lado, embora tenham saberes que poderiam estar sendo potencializados não só para instrumentalizar as etapas de manejo, mas também para participarem das definições dos modelos técnicos dos projetos, essa não tem sido a realidade nos projetos. No projeto em Rondônia, por exemplo, embora os seringueiros tenham longa tradição no uso dos recursos florestais, as atividades de exploração é terceirizada a companhias madeireiras, que podem, inclusive, realizar a exploração de forma predatória, considerando apenas fatores de tempo e produção, esquecendo de outros usos e sustentabilidade da floresta.

Em relação à questão da valorização de saberes locais na definição de modelos técnicos de manejo, está estreitamente ligada à participação dos grupos locais nos projetos.

Os projetos são frutos de uma intervenção externos (embora existam modelos autônomos de utilização dos recursos florestais), escritos por técnicos – a partir de critérios e parâmetros estabelecidos pela academia, testados, normalmente em florestas com outras características - e, normalmente, com prazos para término estabelecidos antes mesmo de iniciarem. Além disso, são ambiciosos, prevendo várias etapas, desde a extração, beneficiamento e comercialização da madeira.

Os projetos necessitam de um certo tempo de maturidade para estabilizarem suas ações. Embora muitos dos aspectos relacionados à participação não estejam contemplados nas estratégias adotadas para sua implementação, o tempo médio de acordos entre ONG's e comunidades tem sido em torno de três anos. Estes custos de transação normalmente não fazem parte dos editais estabelecidos pelo governo e agências financiadoras.

O governo tem estabelecido alguns programas de fortalecimento do manejo florestal comunitário, principalmente, através do Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil, em seus componentes Projetos Demonstrativos A e Projeto de Apoio

ao Manejo Florestal Sustentável na Amazônia que apóiam financeiramente os projetos estudados. No entanto, ambos têm tido pouco alcance e recursos insuficientes, comparados a outros programas de apoio à agricultura familiar e extrativismo.

Além disso, o governo poderia promover serviços e infra-estrutura básica, bem como assistência técnica e legislação que apóie o manejo florestal comunitário. Para isso, seria necessário convergir todos os programas e recursos existentes, entre eles o Programa Nacional de Florestas e o Fundo Nacional do Meio Ambiente. Uma iniciativa nesse sentido tem sido feita, através da criação do Grupo Comunitário de Manejo Florestal Comunitário, que reúne representantes de projetos, financiadores e governo. No entanto, ainda sem envolvimento direto dos grupos locais e seus representantes.

A participação dos grupos locais nesse processo poderia influenciar na proposição de políticas públicas que reconhecessem sua diversidade cultural e assegurassem o tempo necessário para consolidação do processo de manejo florestal comunitário, clareando a relação necessária para se estabelecer tempo para o projeto e tempo para as comunidades manejarem seus recursos florestais. Isso poderia levar a políticas públicas que fossem verdadeiramente respeitadas e se tornarem fortes aliados do governo a usos mais sustentáveis dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBALADEJO, C. O diálogo para uma interação entre os saberes dos agricultores e os saberes dos técnicos: uma utopia necessária. In: HÉBETTE, J. & NAVAGANTES R.S. (Org.), *CAT – ano décimo: Etnografia de uma utopia*. Belém, Pará: UFPa, CAT, 2000. p.173- 214.

ALBALADEJO, C.; VEIGA Jr, I. A gestão negociada dos recursos naturais a nível local na Amazônia Oriental: uma utopia necessária?. As condições e limites de uma abordagem. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL “A CONSTRUÇÃO LOCAL DO TERRITÓRIO NA

AMAZÔNIA ORIENTAL”. Universidade Federal do Pará, CAP/NEAF e CNPq, Marabá, PA, Brasil. 1997.

ALEGRETTI, M.H. Reservas Extrativistas: Parâmetros para uma política de desenvolvimento sustentável na Amazônia. In: ANDERSON,A; ALEGRETTI,M.H.; M, A; SCHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS,R.; FLEISCHFRESSER,V.; FELIPPE,D.; WAWZYNIAC,V.; ARNT,R. *O destino da floresta; reservas extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia* (edição). Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro,1994. P. 17-47.

ALMEIDA, M. W.B. As reservas extrativistas e o valor da biodiversidade. In: ANDERSON,A; ALEGRETTI,M.H.; M, A; SCHWARTZMAN, S.; MENEZES, M.; MATTOSOS,R.; FLEISCHFRESSER,V.; FELIPPE,D.; WAWZYNIAC,V.; ARNT,R. *O destino da floresta; reservas extrativista e desenvolvimento sustentável na Amazônia* (edição). Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais. Fundação Konrad Adenauer. Rio de Janeiro,1994. p.259-276.

AMARAL, P. *Evaluacion de las condiciones, procesos y resultados del manejo forestal comunitario en la Amazonia brasileña*. CATIE, Turrialba; Costa Rica. 2001. 101p.

AMARAL,P. Manejo florestal comunitário na Amazônia. Relatório da primeira oficina de manejo florestal comunitário na Amazônia. Fundo Mundial para a natureza -WWF. *Série Técnica II*. Brasília, 1999. 39p.

AMARAL,P. e AMARAL NETO, M. *Manejo florestal comunitário na Amazônia Brasileira: situação atual, desafios e perspectivas*. Brasília, IIEB, 2000. 53p.

ARNOLD, L. Community forestry: ten years in review. *Community forestry note 7*. Roma: FAO. 1992.

ASTORGA, L.E. La participacion como base de la extension en proyectos forestales comunitarios. In: *La extension forestal: avances y perspectivas en América Central*. I Seminario regional de extensión forestal. Memoria CATIE, Costa Rica, 1994. p. 33-44 p.

APCOB-CICOL. *Dueños del bosque: manejo de los recursos naturales por indígenas chiquitanos de Bolivia*. Texto de: Gudrun Birk. Santa Cruz de la Sierra, 2000.302p.

AZEVEDO, L.A.M & RODRIGUES, E. *Política de uso múltiplo da floresta no Acre*. Rio Branco, Acre. 2001. Mimeo.

BARRETO, P.; AMARAL, P.; VIDAL, E.; UHL,C. Custos e benefícios do manejo florestal para produção madeireira na Amazônia oriental. *Série Amazônica*, Belém-Pará, Imazon. 1998. 46p.

BOOKCHIN, M. Towards and ecological society. *Black Rose Book*. Montreal., 1976.

BROWDER, Jonh. O. Social and economic constraints on the development of market-oriented extractive reserves in Amazon rain forests. In: NEPSTAD, D. and SCHWARTZMAN, S. (Eds.) *Non-Timber Products from tropical forests: evolution of a conservation and development strategy*. Volume 9, advance in Economic botany. The New York Botanical Garden, New York, 1992.

CAPOBIANCO, J.P.R.; VERÍSSIMO, A.; MOREIRA, A.; SAWYER, D.; SANTO, I.; PINTO, L.P. (org.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e representação de benefícios*. ISA-IPAM-GTA-ISPAN-IMAZON-CI. São Paulo, 2001. 539p.

CHAPELA, F. & LARA, Y. La planeación comunitaria del manejo del territorio. Cuadernos para una silvicultura sostenible. *Serie métodos para la Participación*. N.2. México, 1996. 45p.

CTA. *Diagnóstico sócio-econômico, gestão comunitária: manejo florestal integrado no PAE Porto Dias*. Rio Branco: Acre, 2000. 27p.

DE CAMINO, R. *Algunas consideraciones sobre el manejo forestal comunitario y situación em America Latina*. Taller regional “manejo forestal comunitario y certificación en America latina”. Santa Cruz, enero, 2001. p.22-26.

De REYNAL, V. MUCHAGATA, M., TOPALL, O; J. HÉBETTE. *Agriculturas Familiares e desenvolvimento em frente pioneira Amzônica, Paris-Point a Pitre-Belém: GRET/UAG/UFPa: Belém. (Smallholder Agriculture and Development in a Pioneer Amazon Frontier)*. 1995.

DEVALL, B. G. *Deep ecology-living as if nature mattered*. Gibbs Smith. 1985.

DAVIS-CASE, D’A. Participación: a personal relationship to power. Readings on participatory forestry projects. *Forestry Training Programme*, Helsinki. 1991.

DIEGUES, A.C.S. Populações tradicionais em unidades de conservação: o mito moderno da natureza intocada. In: VIEIRA, P.F. & MAMMEN, D. (Orgs). *As ciências sociais e a questão ambiental: rumo a interdisciplinaridade*. Belém, APED e UFPa, 1993. 298p.

EMMI, M.F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2ed. Belém. UFPA/NAEA, 1999. 174p.

FATHEUR, THOMAS. A floresta nacional do Tapajós: participação para o desenvolvimento sustentável?. In: LEROY, J.P. & SOARES, M.C.C. (Orgs). *Bancos multilaterais e desenvolvimento no Brasil: dilema e desafios*. Rio de Janeiro, FASE/IBASE, 1998. p. 55-78.

FREIRE, R.; SHAEFR, G.; CRONKLETOM, P.; CUNHA, M. *Co-manejo adaptativo. Relatório do Projeto Agroextrativista de Porto Dias*. Rio Branco: PESACRE, Universidade da Flórida, 2001, 55p.

GOMES-POMPA, A. & KAUS, A. "Taming the wilderness myth". In: Bioscience, vol. 42, n. 4. 1992.

HOMMA, A.K.O. The dynamics of extraction in Amazonia: a historical perspective. In: NEPSTAD, D. and SCHWARTZMAN (eds.) *Non-Timber Products from tropical forests: evolution of a conservation and development strategy*. Volume 9, advance in Economic botany. The New York Botanical Garden, New York., 1992.

IMAZON. O Pará no século XXI: oportunidades para o desenvolvimento sustentável. Belém- Pará. Imazon. 1998. 83p.

INCRA – *Manual dos Assentados da Reforma Agrária*. Organizado por DE CASTILHO, M.A.G.; SILVA, M.L.P.; MAGALHÃES, M.S.M. Brasília, 2001. 53p.

IUCN Boletim. *IUCN/vol.23*, n.2. junho, 1992.

IUCN/UNEP/WWF. *World conservation strategy: living resource conservation for sustainable development*. IUCN, UNEP/WWF, Gland. 1980.

IUCN/PNUMA/ WWF. *Cuidar la tierra*. IUCN Gland. 1991.

LOPES, S. *procedimentos legais da exploração florestal na Amazônia/ Syglea Rejane Magalhães Lopes*. – Belém: E.F.S, 2000. 124p.

MUCHAGATA, M. G. *Forests and people. The role of forest production in frontier. University of East Anglia. Farming Systemns in Eastern Amazonia*. DEV occasional paper OP 36. Norwich, 1997.

MUCHAGATA, M. & AMARAL NETO, M. 'Tem barulho na mata: perspectivas para o manejo comunitário de florestas em região de fronteira' In: SIMÕES, A., SILVA, L.M.S., MARTINS, P.F. e CASTELLANET, C. (eds.) *Agricultura Familiar. Métodos e Experiências de Pesquisa - Desenvolvimento*. Belém: NEAF/CAP/UFPA; GRET, 2001. p.229-259.

MUCHAGATA, M. & AMARAL NETO, M. salvando a mata? Análise de um projeto de manejo florestal comunitário na região de Marabá. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DA IUFRO: MANEJO INTEGRADO DE FLORESTA ÚMIFA NEOTROPICAL POR INDÚSTRIA E COMUNIDADE. EMBRAPA-CIFOR-CATIE. Belém, 2000. 21p. (im press).

MUCHAGATA, M.G.; FERREIRA, S.; DE REYNAL, V. & BARRETO, S. Alternativas ao uso predatório dos recursos florestais. *Agricultura familiar 1*: Belém-Pará, 1996. p 21-38.

Mc NEELY, J. Contributions of protected areas to sustaining society. In: ATAS DO IV CONGRESSO MUNDIAL DOS PARQUES NACIONAIS E AREAS PROTEGIDAS. IUCN. 1992.

NAESS, A. *The shallow and the deep longange ecology movement. A summary*". In: Inquiry: 16. 1973. p 95-100.

O' RIORDAN, T. *Environmentalism*. 2. ed. London, Pion. 1981.

PENDLETON, L.H. Trouble in paradise: pratical obstacles to nontimber forestry in Latin America. In: PLOTKIN and FANORALES (eds). Sustainable Harvest and Marketing of rain forest products. *Island press*, Washington, 1992.

PORRO, N; SCHMINK, M.AND STONE, S. *Conceptualizing and mearsining sustainable community forestry in brazilian Amazonia*. University of Florida. Presented at the Xth World Congress at Rural Sociology, International Sociological association Preserarch Committee on Enviroment and society. Mini conference/Symposium.Brazil,2000.15p.

RIBEIRO, J. A. *Relatório de Viagem à Reserva Extrativista do Rio Cautário*. Período: 05/12 a 15/12. Rolim de Moura. IAMA/ECOPORE 21p.

RITCHIE, B.; MCDUGALL, C.; HAGGITH, M. and OLIVEIRA, N. *Critérios e indicadores de sustentabilidade em florestas manejadas por comunidades: um guia introdutório*. CIFOR. 2001.

VEIGA Jr., I. Saber e participação na transformação dos sistemas de produção da agricultura familiar. In: V SIMPÓSIO LATINO AMERICANO SOBRE INVESTIGAÇÃO E EXTENSÃO EM SISTEMAS AGROPECUÁRIOS IESA E V ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO - SBSP. Florianópolis, 2002. 19p.

VEIGA Jr. I.; ALBALADEJO, C. *Gestão da fertilidade dos solos em uma localidade na Amazônia Oriental: a representação dos pontos de vistas dos agricultores visando um diálogo entre agricultores e pesquisadores*. Belém: NEAF/UFPA – Toulouse: INRA/SAD, 1997. 22p.

VERISSIMO, A. ARIMA, E., LIMA, E. O diagnóstico do usos da terra na Amazônia: exploração madeireira, agricultura e agropecuária. In: CAPOBIANCO, J.P.R.; VERÍSSIMO,A; MOREIRA, A; SAWYER,D.; SANTO,I.; PINTO,L.P. (Org.). *Biodiversidade na Amazônia brasileira: avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e representação de benefícios*. ISA-IPAM-GTA-ISPN-IMAZON-CI. São Paulo, 2001. p 327-351.

VERISSIMO, A; SOUZA JR; AMARAL, P.H. Identificação de áreas com potencial para a criação de floresta nacionais na Amazônia legal. Ministério do meio ambiente. Brasília, 2000. 56p.

VIOLA, E.. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986). Do ambientalismo a ecopolítica. In: Ver. Bras. *Ciências Sociais*. 1986.

VIOLA, E. & LEIS, H. Desordem global da biosfera e a nova ordem internacional: o papel das organizações do ecologismo. In: LEIS,H.(org.). *Ecologia e política Mundial*. Rio de Janeiro, Vozes/Fase, 1991.

SCHNEIDER, R. R.; ARIMA,E.; VERISSIMO,A. *Amazônia sustentável: limites e oportunidades para o desenvolvimento rural*. Brasília: banco Mundial, 2000. 57p.

SHANLEY, P.; LUZ, L.; GALVÃO,J.; CYMERYYS, M. *Traduzindo dados de pesquisa para comunidades florestais: a ciência oferece incentivos para a conservação*. 1996. Mimeo.

SHIRAISHI, J.N. *Babaçu livre: conflito entre legislação extrativa e práticas camponesas*. In: WAGNER, A ALMEIDA,B.; SHIRAISHI, J.; MESDQUITA B.A (Orgs.), *Economia do babaçu: levantamento preliminar de dados*. São Luís, MIQCB / Balaios Tiphografia. 2000. 264 p.

SILVA, J.N.M. *Manejo Florestal* / José Natalino Macedo Silva; Empresa de Pesquisa Agropecuária, Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental. – 2.ed. – Brasília: Embrapa-SPI. 19996. 46p.; il.

SCHMINK, M. Marco conceitual sobre gênero e conservação com base comunitária. *Estudo de Caso N° 1*. Merge; University of Flórida; PESACRE. 141p.

SMERALDI, R. *Políticas Públicas para a Amazônia 97-98: Rumos, Tendências e Propostas*. Amigos da Terra-Programa Amazônia. São Paulo. 1998. 100p.

SIMONIAN, L. *Reserva Extrativista do Rio Cautário: estudo preliminar para sua criação*. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos Amazônicos e Ambientais, 1993. 30p.

TOPALL, O. Sistemas de criação de bovinos nos lotes da colonização oficial da Transamazônica, região de Marabá. LASAT/CAT. In: *Agricultures paysannes et développement: Caraïbes, Amérique Tropicale, n° hros-série*, DAC, Université Antilles Guyanne, 1992.

WALDMAN, *Ecologia e lutas sociais no Brasil*. São Paulo, 1992. Contexto

WEIGAND JR, R & PAULA, D.J. *Diagnóstico do Rio Cautário para a elaboração do plano de desenvolvimento da reserva extrativista*. SEPLAN/PLANAFLORO/PNUD. Rondônia. Costa Marques. 1997. 60p.

WOLF, C.S. *Mulheres da Floresta: uma história do Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São paulo, Hucitec. 1999. p.93-152.

WORSTER, D. *Nature's economy. A history of ecological ideas*. London, Cambridge University Press, 1977.

ANEXOS

ANEXO 1

PERGUNTAS AOS GRUPOS LOCAIS ENVOLVIDOS NO PROJETO**Data da Entrevista:****1 – Dados Gerais**

Nome:

Origem:

Idade:

Escolaridade:

Localidade:

Comunidade:

Composição Família

Nome	Escolaridade	Idade

Data chegada no lote:

Uso da terra

	Ano chegada no lote	2001
Área Total		
Mata		
Capoeira		
Pasto		
Roça		
Perene		

2 – Participação nas atividades do projeto

a) Como surgiu projeto? De quem partiu a idéia?

- b) O que levou você a participar do projeto?
- c) Como você participa?
- d) Recebe algum tipo de suporte ou benefício para participar do projeto?
- e) As demais atividades que você desenvolve são afetadas? Como?
- f) Em quais decisões você participa? Como?

Etapas/Aspectos do projeto	Tipo de participação
Definição de técnicas / modelo de manejo adotado pelo projeto	
Definição de políticas: internas e externas ao projeto	
Gerenciamento das atividades	
Na comercialização: definição mercado, tipo de produto a ser comercializado, etc.	
Outros	

3 - Relação dos grupos locais com a floresta e projeto de manejo

- a) Que tipo de atividade você desenvolvia na floresta antes do projeto de manejo?
 - i) Caracterizar os tipos de uso da floresta:
 - Alimentação humana (venda/consumo)
 - Construções / Instalações (espécie, uso)
 - Medicinal (espécie, uso)
 - Combustível (espécie, uso)
 - Artesanato (espécie, uso)

- Mercado madeireiro
- ii) Caracterizar outros conhecimentos sobre a floresta
- Quais espécies que você conhece que atrai caça (especificar a espécie e tipo de caça)
 - Comportamento de algumas espécies (ocorrência próximos igarapés ou riachos, em clareiras, época de floração, etc.)
- b) Descreva as etapas do projeto de manejo
- c) Em sua opinião, qual atividade mais fácil de ser feita dentro do projeto de manejo? Por quê?
- d) Em relação ao modelo de manejo adotado pelo projeto:
- i) O que você acha que funciona bem?
 - ii) O que não funciona bem? Porque?
 - iii) Como esses melhoramentos poderiam ser feitos? Por que não são implementados?
 - iv) Você acha que o projeto contribui para conservação de sua floresta? Por que?
 - v) Você acha que o projeto contribui para melhoria da qualidade de vida das pessoas e da comunidade? Porque?

4 – Estrutura organizacional do projeto

- a) Como funciona a organização do projeto? Quem definiu?
- b) Essa estrutura é satisfatória? Como poderia ser melhorada?
- c) Quem participa?
- d) Como é feita a divisão de benefícios gerados pelo projeto?
- e) Como é discutido o calendário de atividades do projeto?
- f) Como são discutidos os conflitos?

ANEXO 2
PERGUNTAS PARA MORADORES QUE NÃO FAZEM PARTE DO PROJETO

Data da Entrevista:

1 – Dados Gerais

Nome: _____ Origem: _____

Idade: _____ Escolaridade: _____

Localidade: _____ Comunidade: _____

Composição Família

Nome	Escolaridade	Idade

Data chegada no lote: _____

Uso da terra

	Ano chegada no lote	2001
Área Total		
Mata		
Capoeira		
Pasto		
Roça		
Perene		

a) Você acha que a permanência de floresta dentro reserva / comunidade está ameaçada? Porque?

i) Caso positivo, como você acha que pode ser controlado?

b) O que você sabe sobre o projeto de manejo?

c) Você já participou de alguma reunião que falasse do projeto? O que foi discutido?

d) Qual sua opinião sobre o projeto?

ANEXO 3**PERGUNTAS PARA EQUIPE TÉCNICA DO PROJETO**

1 – CONTEXTO HISTÓRICO DE EMERGÊNCIA DO PROJETO

a) Em relação ao projeto:

- i) Que tipo quais informações foram usadas para definir o modelo de manejo do projeto?
- ii) Como surgiu o projeto? De quem foi a proposta?
- iii) Quais são os objetivos?

- iv) Quais as parcerias estabelecidas inicialmente? Quais as existentes?
- v) Quais os principais grupos envolvidos?

- vi) Qual o número de sócios no início? Qual o número atual?

- vi) Caso tenha ocorrido alteração, qual o motivo?

2 – Trabalho do técnico junto ao projeto

- a) Como você vê o trabalho com comunidades?

- b) Como você interpreta a comunidade?

- c) Como você aprendeu a trabalhar com o manejo?

- d) Quais as dificuldades em colocar a teoria em prática?

3 – INFORMAÇÕES SOBRE O MODELO DE MANEJO ADOTADO NO PROJETO

a) Em relação ao modelo de manejo adotado pelo projeto:

- i) O que você acha que funciona bem?
- ii) Quais aspectos você acha que precisam ser melhorados? Porque?
- iii) Como esses melhoramentos poderiam ser feitos? Por que ainda não foram implementados?
- iv) Você acha que esses melhoramentos podem ser feitos localmente ou de maneira mais ampla?
- v) Você acha que o projeto contribui para conservação da floresta? Por que?
- vi) Você acha que o projeto contribui para melhoria da qualidade de vida das pessoas e da comunidade? Porque?

4 – PEREPÇÃO SOBRE OS SABERES LOCAIS

a) Como é definido o modelo de manejo adotado pelo projeto?

b) Você acha que os grupos locais têm conhecimento sobre a floresta? Que tipo de conhecimento?

c) Esses conhecimentos poderiam ser aproveitados para conceber/melhorar o modelo de manejo? Como?

5 – ESTRUTURA DO PROJETO

- a) Como funciona a organização do projeto?
- b) Quem participa?
- c) Como é feita a divisão de benefícios gerados pelo projeto? De quem foi a proposta?
- d) Como é discutido o calendário de atividades do projeto?
- e) Como são discutidos os conflitos?